



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA
QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político
pedagógico, a gestão e o corpo docente**

Salvador - Ba
2025

IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA
QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político
pedagógico, a gestão e o corpo docente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, na linha “Educação, Cultura Corporal e Lazer”, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Bruno Otávio de Lacerda Abrahão

Salvador - Ba
2025

Portela, Ivalda Kimberlly Santos.

A Educação física no currículo de uma escola quilombola no extremo sul da Bahia [recurso eletrônico] : em foco o projeto político pedagógico, a gestão e o corpo docente / Ivalda Kimberlly Santos Portela. - Dados eletrônicos. - 2025.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Otávio de Lacerda Abrahão.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Educação, Salvador, 2025.

Disponível em formato digital

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Educação física - Currículos. 2. Educação escolar. 3. Quilombolas. I. Abrahão, Bruno Otávio de Lacerda. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 796.02 - 23. ed.



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU)

ATA Nº 1

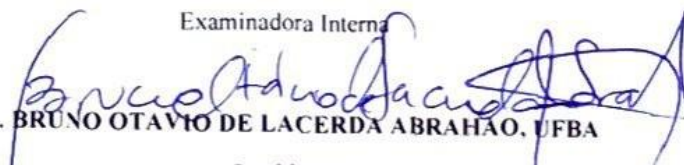
Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU), realizada em 26/02/2025 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM EDUCAÇÃO no. 1, área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, do(a) candidato(a) **IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA**, de matrícula 2023106560, intitulada **A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político pedagógico, a gestão e o corpo docente**. Às 10h do citado dia, Auditório II da FAGED, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. BRUNO OTAVIO DE LACERDA ABRAHÃO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. DENISE MOURA DE JESUS GUERRA e Prof. Dr. ANTONIO JORGE SOARES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dr. ANTONIO JORGE SOARES, UFRN

Examinador Externo à Instituição


Dra. DENISE MOURA DE JESUS GUERRA, UFBA

Examinadora Interna


Dr. BRUNO OTAVIO DE LACERDA ABRAHÃO, UFBA

Presidente


IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA

Mestrando(a)

Dedico este trabalho aos povos do campo, das águas e das florestas, assim como, aos que se debruçam nas lutas educacionais e acreditam no poder transformador da Educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me sustentado firme, forte e nunca me desamparar; por conhecer o íntimo da minha alma e sempre me dar forças para lutar por meus objetivos.

À minha ancestralidade e espiritualidade por me fazer entender que o propósito vem de muito antes, e abrirem meus caminhos. Sempre por luz embaixo dos meus pés por essa passagem terrestre.

À minha família, que embora tão distante geograficamente, sempre se fez presente, principalmente no incentivo a lutar pela realização dos meus sonhos. Em especial, a minha amada vozinha Maria, meu querido avô Ivaldo e minha mãe, pela criação e educação, sem eles nada seria possível.

Aos meus pais Eduardo e Marinalva, em especial, minha mãezinha por quem tenho como inspiração de vida; as minhas queridas tias Marina e Marizete, que sempre me mostram a importância de estudar.

A minha irmã Ellen, por sempre acreditar em mim e estar comigo em todos os momentos da minha vida sendo o meu braço direito.

Aos meus gatinhos Tom e Mel, por cada gesto de carinho durante as madrugadas de estudos.

Ao Professor Bruno, meu querido orientador, a quem agradeço infinitamente por ter confiado no meu trabalho. A quem tenho uma profunda admiração e respeito. Sua calma, parceria e gentileza foram fundamentais na construção desse trabalho.

Ao Professor Magno, um amigo, por quem tenho muito afeto, que mesmo em outro estado brasileiro sempre me amparou em meus momentos de aflição.

Às queridas Kelly, Carol, Monalisa e Larissa, vocês moram no meu coração.

À Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, em especial, a diretora e professora que aceitaram participar da pesquisa. Elas foram fundamentais na conclusão do trabalho.

Ao meu Grupo de Pesquisa Corpo, onde fui tão bem acolhida por todos os integrantes. Agradeço imensamente a Profa. Dra. Denise Moura de Jesus Guerra e ao Prof. Dr. Antônio Jorge Gonçalves Soares pelas valiosas contribuições na pesquisa e pela disponibilidade de participarem da minha banca.

“E é tão bonito quando a gente entende, que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente, que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

(Gonzaguinha)

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco central investigar a participação da Educação Física nas práticas educacionais de formação da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. A escolha da escola trabalhada na pesquisa deu-se por ser a região territorial de origem da pesquisadora e pela timidez de pesquisas no campo educacional no território de identidade do Extremo Sul da Bahia, em específico, no campo curricular da Educação Física escolar com o atravessamento à povos e comunidades tradicionais quilombolas. Com ênfase no currículo de Educação Física, nas Relações Étnico- raciais e Educação escolar Quilombola. Abordagem adotada constitui-se de um caráter qualitativo e natureza participante. Além do mais, a pesquisa foi centrada na análise documental, explorando as análises das entrevistas semiestruturadas respondidas pela professora e diretora. A análise foi elaborada com base no aporte teórico-metodológico da pesquisa, na observação participante além de incorporar os resultados obtidos nas entrevistas para compreender como a direção e professores (as) têm respondido aos desafios da Lei nº 10.639/03 e contribuindo no pertencimento de identidade das crianças quilombolas locais, em particular no que se refere ao ensino de Educação Física nas comunidades quilombolas. Os resultados do estudo apontam que as práticas formacionais em comunidades remanescentes de quilombo, na escola de Volta Miúda, nos mostra desafios e oportunidades para a implementação de uma Educação Escolar Quilombola EEQ de qualidade. A principal dificuldade apontada pela direção da escola é a ausência de um currículo específico para as escolas quilombolas, o que limita a valorização das particularidades culturais ancestrais e históricas dos alunos. A falta de titulação da comunidade também agrava essa situação, impedindo que políticas públicas alcancem com mais frequência o território. Concluímos que a Educação Escolar Quilombola EEQ, Educação para Relações Étnico-raciais EREER são ferramentas que devem ser trabalhadas assiduamente nos currículos, uma vez que, são subsídios legais no desenvolvimento de uma educação contra hegemônica e plural.

Palavras-Chave: Currículo; Educação Física; Educação Escolar Quilombola.

ABSTRACT

This research primarily focuses on investigating the role of Physical Education in the educational practices at Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. The choice of the school for this research was based on the fact that it is located in the researcher's territorial region of origin, and also due to the scarcity of studies in the educational field within the identity territory of the Extreme South of Bahia, particularly in the curricular area of School Physical Education related to quilombola communities. The emphasis is on the Physical Education curriculum, Ethnic-Racial Relations, and Quilombola School Education. The approach adopted is qualitative with a participatory nature. Furthermore, the research was centered on document analysis, exploring semi-structured interviews with the teacher and the principal. The analysis was conducted based on the theoretical-methodological framework of the study, participant observation, and incorporating the results obtained from the interviews to understand how the school leadership and teachers have responded to the challenges posed by Law No. 10.639/03 and contributed to fostering the sense of identity and belonging among the local quilombola children, particularly regarding the teaching of Physical Education in quilombola communities. The results of the study indicate that formative practices in quilombola communities, at the Volta Miúda school, show both challenges and opportunities for the implementation of quality Quilombola School Education EEQ. The primary difficulty highlighted by the school administration is the lack of a specific curriculum for quilombola schools, which limits the appreciation of the students' ancestral and historical cultural particularities. The absence of official recognition of the community also exacerbates this situation, preventing public policies from more frequently reaching the territory. We conclude that Quilombola School Education EEQ and Education for Ethnic-Racial Relations ERE are tools that should be diligently worked into curricula, as they are legal instruments for the development of anti-hegemonic and plural education.

Keywords: Curriculum; Physical Education; Quilombola School Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
MÉTODO.....	44
Organização da Pesquisa.....	44
Participantes da Pesquisa.....	45
Análise e Interpretação de Dados.....	46
ASPECTOS ÉTICOS.....	47
1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL BAIANO: EM FOCO A ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DOUTOR SÓCRATES RAMOS	48
1.1 Desafios na Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico.....	49
1.2 Diversidade.....	52
1.3 Educação do Campo ou Quilombola.....	54
1.4 Ensino Multisseriado.....	55
1.5 Formação Crítica.....	58
2 ANÁLISES DOS RESULTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER): RELATOS DA PROFESSORA E DIRETORA.....	61
2.1 Contexto Comunitário e as Práticas Formativas.....	61
2.2 Entrevista Diretora	65
2.2.2 Entrevista Professora.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE	86
ANEXO.....	92

LISTA DE APÊNDICE

- A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- B. Roteiro da Entrevista da Gestão da escola
- C. Roteiro da Entrevista com a Diretora
- D. Roteiro da Entrevista com a Professora

LISTA DE ANEXO

- A. Comitê de Ética
- B. Projeto de Extensão Cultura Afro-brasileira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Mapa ilustrativo da localização de Caravelas dentro do mapa do Estado da Bahia	15
Figura 2 - Foto do Centro Histórico de Caravelas e sua arquitetura colonial	16
Figura 3 - Fotos das atividades da pesca artesanal sustentáveis	16
Figura 4 – Fotos do Rio Caravelas	17
Figura 5 – Estrada de acesso a CRQ tomada pela monocultura do eucalipto	39
Figura 6 – Fotos da Igreja Evangélica na CRQ de Volta Miúda	40
Figura 7 – Fotos da escola Doutor Sócrates Ramos	42

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das Pesquisas por Região Brasileiras	31
Gráfico 2 – Quantidade de Publicações por Ano	31

QUADRO

Quadro 1-Sistematização das produções em nível de mestrado e doutorado	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior CONEDU - Congresso Nacional de Educação

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CTD - Catálogos de Tese de Dissertação

DCRB - Documento Curricular Referencial da Bahia DEDC-X - Departamento de Educação Campus - X DEDC-XII - Departamento de Educação Campus – XII EAD - Educação a Distância

EFE - Educação Física escolar

EJA - Educação de Jovens e Adultos EEQ - Educação escolar Quilombola EQ – Educação Quilombola

ERER- Educação para Relações Étnico-raciais FCP - Fundação Cultural Palmares FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MST - Movimento sem Terra MN - Movimento Negro

PDDE - Programa Dinheiro Direto na escola PL - Projeto de Lei

PROAF - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas

SEPEP - Seminário de Professores da escola Pública UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia UNEB - Universidade do Estado da Bahia UNEMAT -Universidade do Estado de Mato Grosso

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

USP -Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Escrever sobre nós é um movimento Sankofa, que nos conduz a retroceder ao passado para ressignificar o presente, e assim, seguir em direção ao futuro. Desta forma, as próximas construções que aqui serão expressas em palavras são pedaços da minha história. Eu, Ivalda Kimberlly Santos Portela, mulher negra, candomblecista, caravelense, baiana, nordestina, brasileira, latino-americana, professora de Educação Física, constituinte de uma família humilde e proveniente de povos tradicionais.

Inserida desde o nascimento na comunidade da Barra de Caravelas, no extremo sul da Bahia, peço licença aos meus mais velhos e mais novos. Convido-lhes a junto comigo caminharmos sobre as encruzilhadas que me conduziram até aqui. É sabido que percorreremos uma jornada que não é tão calma e linear, ou seja, caminhar rumo a comunidade remanescente de quilombo de Volta Miúda, no extremo sul da Bahia, nosso destino, representa rememorar a história e demarcar em meu ser o sentimento de pertencimento.

Para chegarmos ao nosso destino, adentraremos ao solo fértil de povos tradicionais, comunidades indígenas e movimentos sociais que compõem a região do extremo sul da Bahia. Para tal, nos despimos de nossas ideias engessadas e utópicas e estamos abertos aos desafios e descobertas que este solo ancestral nos tem a oferecer.

O município de Caravelas foi assim *descoberto*¹ em 1503, por Américo Vespucci. Localiza-se a 875 km de Salvador, a 17h horas da capital via transporte terrestre, no extremo sul baiano, às margens do rio Caravelas. A cidade é conhecida por suas festas religiosas, culturais e sua vasta biodiversidade marinha e costeira.

Figura 1- Mapa ilustrativo da localização de Caravelas dentro do mapa do Estado da Bahia

¹ Ao estudar sobre decolonialidade, entendemos que o termo “descoberto” ecoa de uma forma benéfica para quem se beneficiou, quando na verdade sabemos que de fato passamos por processo de invasão de nossas terras, terras estas que já eram povoadas pelos povos originários.



Fonte: Rafael Lorenzeto de Abreu (2006)

Considerada uma das mais belas regiões históricas da Bahia, Caravelas esteve entre as primeiras páginas desse livro chamado Brasil. Caravelas esteve entre a rota nos primeiros anos da invasão portuguesa em solos brasileiros. O município é um dos principais polos de pesquisas nacionais na área ambiental e cultural, pois além de estar inserida na região da Mata Atlântica é porta de entrada para o Arquipélago de Abrolhos, a maior biodiversidade marinha do Brasil e o principal berçário das baleias jubartes no Atlântico Sul. Rica em culturas tradicionais, destaca-se também pela peculiaridade de seu povo, que de uma forma milenar não deixa ser apagada a ancestralidade local. Estimada pelo último censo em 2022, a população local foi de 20.586 pessoas (IBGE, 2020). A principal fonte de renda da região é a pesca, o uso sustentável dos recursos naturais e o serviço público municipal.

Ao analisarmos as imagens a seguir podemos perceber pela arquitetura das casas o estilo da época colonial, o centro da cidade permanece no estilo barroco. Esses elementos estruturais retratam o processo de colonialismos que várias cidades brasileiras sofreram.

Figura 2 - Fotos do centro histórico de Caravelas e sua arquitetura colonial



Fonte: Produção autoral (2024)

Figura 3 – Foto das atividades da pesca artesanal sustentável em Caravelas



Fonte: Phelipe Antunes (2023)

Outro elemento fundante sobre a história do município é o rio que banha a cidade. O Rio Caravelas possui uma importância histórica significativa, sendo um dos maiores da região, desempenhando um papel crucial durante a era colonial brasileira. Durante esse período, o rio Caravelas foi à porta de entrada importante para os bandeirantes. Eles navegavam pelo rio em suas caravelas (daí o nome da cidade e do rio) em busca de diversas riquezas materiais por exemplo: metais preciosos e pessoas escravizadas (indígenas e negros) no interior do Brasil. Portanto, o rio era um dos principais itinerários nessa rota para alcançar o interior do país.

Figura 4 - Foto do Rio Caravelas



Fonte: Phelipe Antunes (2022)

Pisar em terras quilombolas, nos permite mergulhar a história e a cultura dos povos e marcas profundas de resistência negra no Brasil. No extremo sul da Bahia, onde o legado africano pulsa em cada gesto, canto e rito, as práticas educativas, especialmente no campo da Educação Física, revelam uma rica tapeçaria de saberes ancestrais e corporais. No entanto, o currículo escolar, enraizado em perspectivas ocidentais e coloniais, muitas vezes, negligenciam as singularidades desses territórios de saberes, os quilombos.

Nessa dissertação investigo o currículo e as práticas pedagógicas de Educação Física em uma escola quilombola, com o olhar voltado entre o corpo, a identidade e a cultura. Ao abordar a Educação Física nesse contexto, não se trata apenas de observar o movimento, mas de entender como o corpo quilombola se manifesta como espaço de resistência, guardião de saberes tradicionais, e expressão viva de uma história que transcende a escravidão e a opressão.

A Educação Física, quando pensada a partir de uma perspectiva decolonial, torna-se uma ferramenta que resgata e valoriza as tradições corporais dos povos quilombolas. A perspectiva decolonial propõe uma reinterpretação das histórias, saberes e valorização das culturas e tradições que foram marginalizadas ou subordinadas pela colonização, ao mesmo tempo desafia as normas, estruturas e práticas impostas por essa dominação histórica.

Portanto, uma forma de resistir às influências coloniais, afirmar as vozes, as práticas dos povos originários e dos grupos oprimidos. Assim, a educação decolonial é um processo diário de reeducação (Pinheiro, 2023).

Na perspectiva decolonial, a cultura corporal é uma produção humana, resultado do trabalho e das vivências de um povo, e ao longo da história, as atividades corporais foram moldadas como respostas aos desafios, necessidades e estímulos diversos. No contexto da Educação escolar Quilombola EEQ, essa cultura ganha um caráter ainda mais significativo, pois se manifesta por meio de práticas como jogos, danças e lutas tradicionais, que carregam consigo a memória e a resistência de um povo. Tais expressões corporais, incorporadas ao currículo da Educação Física, desafiam as abordagens tecnicistas do passado, ao resgatar saberes ancestrais e promoverem uma educação mais conectada com a identidade e a história quilombola (Soares *et al.*, 1992).

Nessa conjuntura o corpo assume um lugar central na narrativa de construção identitária e comunitária, isto é, interlocutora que transmite a cultura, a espiritualidade e a força ancestral. Na prática, é possível observar como as danças, os jogos e as brincadeiras tradicionais se entrelaçam com as estratégias metodológicas adotadas pelo docente, criando uma educação viva, pulsante e ligada às raízes.

Ao valorizar as danças, os jogos e as brincadeiras tradicionais, a Educação Física torna-se um espaço de afirmação cultural, onde jogos, danças e lutas não apenas exercitam o corpo, mas também reforçam o vínculo com a comunidade e com as raízes ancestrais, contribuindo para a construção de uma pedagogia crítica e decolonial (Soares *et al.*, 1992). Assim, esta dissertação propõe uma reflexão crítica sobre como os currículos e as práticas pedagógicas podem (e devem) ser moldados para reconhecer e valorizar as culturas quilombolas.

Trata-se de uma tentativa de romper com as estruturas coloniais ainda presentes na educação, propondo um novo olhar, onde o corpo negro e quilombola possa ser plenamente celebrado em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, ao articular teoria e prática, esta pesquisa busca não apenas evidenciar as lacunas existentes na educação escolar quilombola, mas também apontar caminhos para a construção de um ensino mais inclusivo e representativo. Ao reconhecer as vivências, os saberes e as expressões corporais dessas comunidades, reafirma-se a necessidade de uma pedagogia que dialogue com a identidade quilombola, promovendo a emancipação e o fortalecimento cultural.

A Lei nº 10.639/03, alterada para a Lei n. 11.645/08, que normatiza o ensino na Cultura e História Afro-brasileira e Indígena, explícita quanto à sua obrigatoriedade no currículo. Ou seja, não é opcional seu cumprimento na estrutura curricular, nem sua integração com componentes curriculares (Pinheiro, 2023).

Segundo Munanga (2004), embora o Brasil seja um país pautado por uma diversidade cultural, é evidente que ainda as escolas não estão preparadas para lidar com certas situações. Esse fato se origina de vários fatores, um deles é a resistência social e cultural, ou seja, ainda se constitui uma barreira aplicar no âmbito escolar atividades sobre outras culturas, por exemplo: a cultura indígena, afro-brasileira, o preconceito, a discriminação racial são aspectos que estão profundamente enraizados na sociedade brasileira, refletem nas instituições educacionais e criam barreiras à implementação de um ensino mais inclusivo e plural. Outros exemplos: a possível falta de formação adequada e a persistência de um currículo que não leve em conta particularidades das comunidades.

Tais questões em relação as políticas educacionais, em especial, para povos tradicionais me atravessam desde cedo. Assim, surge o desejo de continuar me aprofundando nas inquietações sobre uma Educação plural que dialogasse com a realidade dos povos tradicionais e, somente com a continuação dos estudos poderia me aprofundar e entender um pouco das políticas educacionais.

O currículo não é um campo democrático, é fundamental considerar as relações de poder que o permeiam. Muitas vezes, essas relações resultam na invisibilidade de partes significativas da história, omite elementos essenciais para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, em especial, os conteúdos afrocentrados, indígenas e campesino.

Esses obrigatoriamente são conhecimentos que devem ser incorporados à estrutura curricular, e não apenas nos documentos, isto é, devem estar presentes nas práticas pedagógicas, no “chão da escola”, ou seja, está sendo colocado em prática na realidade escolar. O currículo não é apenas uma área técnica e metódica, hoje se discute o currículo no âmbito das questões políticas, sociais e, sobretudo ideológicas, o que o torna um espaço de relações de poder (Santos, 2023).

Ao que tange à Educação Física escolar, o documento orientador Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional e singular, tematizada por meio das práticas corporais em suas diversas formas de “codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (Brasil, 2017, p. 211).

Estas práticas corporais possuem três elementos fundamentais: movimento corporal como elemento essencial, organização interna pontuada por uma lógica específica de graus variados e produto cultural sendo associado ao lazer, entretenimento, cuidado da saúde do corpo em suas diversas formas. Compreende-se que este componente deverá ser ofertado em todas as etapas da Educação Básica e modalidades de ensino, ministrado por docentes licenciados em Educação Física, integrado à proposta pedagógica da escola (Brasil, 2003). De acordo com outras normativas, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) na construção da proposta curricular da Educação Física escolar EFE para a Educação Básica da rede pública e privada, foi interposto pela compreensão do contexto da (BNCC) e das orientações Curriculares do Ensino Fundamental de nove anos.

Assim, a EFE na conjuntura da Área das Linguagens, configura-se como relevante para o processo de formação e desenvolvimento integral dos estudantes durante o Ensino Fundamental, oferecendo possibilidades de ampliação cultural do potencial dos educandos de intervir de maneira crítica, autônoma e criativa na realidade social, por meio da pluralidade das práticas corporais sistematizadas e das representações sociais (Bahia, 2018).

Portanto, a Educação Física no Ensino Fundamental anos Iniciais e Finais necessita oferecer por meio da sistematização da cultura corporal do movimento e das possibilidades de se movimentar o acesso à conhecimentos e experiências complementadas dentro e fora do ambiente escolar. Além do mais, a extensão geográfica e a multiplicidade cultural que compõem a identidade do Estado da Bahia, a proposta curricular leva em consideração a organização geográfica dos 27 territórios de identidade do estado, sendo necessário considerá-los nas proposições curriculares de cada território, cidade e escola (Bahia, 2018).

Essa organização e orientação presente no DCRB para a Educação Infantil e Ensino Fundamental contemplam e articulam os conhecimentos científicos, as temáticas da contemporaneidade por meio dos temas integradores em escala local, regional e global, na perspectiva de promover o desenvolvimento de cidadãos autônomos, responsáveis, engajados e imbuídos na formação de uma sociedade mais justa, sustentável, equânime, igualitária, inclusiva e laica (Bahia, 2018).

No que concerne as particularidades de um povo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) argumenta que as modalidades de ensino devem considerar as características de cada povo e comunidade, demarcando identidade, cultura e fortalecimento. Dentre as quais estão: Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação à Distância (EaD).

Ao que tange a Educação escolar Quilombola EEQ e de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro 2012, escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola. Este se caracteriza como espaço remanescente dos quilombos, habitado por grupos étnico-raciais diferenciados, e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social e coletiva, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e religiosa, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Após a implementação nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola (DCNEEQ) ocorrida em 2012. Em 2013 foi a vez do estado da Bahia implementar as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação escolar Quilombola (Resolução CEE/CEB nº 68, de 30 de julho de 2013), as quais orientam os sistemas de ensino a monitorarem e garantir a implementação da modalidade no estado. Sendo assim, trata-se de uma educação diferenciada e voltada para a ancestralidade desse povo, isto é, discorre sobre identidade e cultura e a memória coletiva (Bahia, 2018).

Outro normativo legal que subsidia o direcionamento escolar e fortalece a identidade dos povos quilombola é a Lei nº 10.639/2003. Esta, torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira Africana nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. A implementação da Lei foi resultado de uma luta coletiva, não se limitando apenas a um Projeto de Lei (PL) do governo petista, obviamente sabemos da importância do governo em sua implantação, porém essa pauta foi uma luta extensa dos Movimentos Negros (MN) brasileiros em suas múltiplas esferas que batalharam para que acontecesse de uma forma gradual e com muita resistência.

O MN é um dos principais atores políticos que nos reeduca no caminho árduo contra o racismo e outras formas de aniquilamento contra nossos corpos e não nos deixa desistir.

Nesse sentido, Gomes (2023) destaca que o movimento constitui como um dos principais agentes de mobilização política ao apresentar debates sobre o racismo e questionar a inserção de políticas públicas no intuito de superar as desigualdades raciais. Ao debater sobre raça, o (MN) rompe com as visões distorcidas negativadas e naturalizadas sobre os negros, sua cultura, história, religião e qualquer outra ação promovida como forma de libertação e enfrentamento das correntes racistas. Assim, retirando a população negra do lugar enraizado da suposta inferioridade racial que durante séculos circunscreve a população negra.

Por isso, apesar das adversidades e dos muitos desafios que enfrentamos no Brasil na luta pela democracia e contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, temos de focar nas conquistas já alcançadas e seguir em frente. Não podemos perder a esperança. É preciso sabedoria e resistência democrática (Gomes, 2023, p. 20).

Entre as várias conquistas do (MN) que poderiam ser citadas aqui, interessa-nos um olhar mais aguçado para o campo da Educação, direito social e constitucional. Este Direito é dificilmente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil, e até os dias atuais lutamos diariamente nas trincheiras pela superação dessa configuração de negatividade e invisibilidade da historicidade de um coletivo que participou e participa ativamente na base da pirâmide na construção do país. O artigo constitucional de 1988 explicita em relação ao direito à Educação,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 1)

Nessa perspectiva da diversidade cultural, a inclusão de outros conhecimentos no currículo torna perceptíveis os hibridismos e diversidades que caracterizam a Cultura Corporal, podendo desencadear novos olhares dos alunos sobre si aqueles com os quais convivem, além de facilitar o fluxo entre o local e o global, entre a comunidade de prática e a sociedade mais ampla. No contexto entre a Lei, os documentos oficiais, as discussões acerca do currículo e as práticas dos movimentos corporais ao serem trabalhadas na perspectiva da EREER. Desta forma, sua prática apresenta aspectos de ordem étnico-racial, cultural, social e histórica dos sujeitos pertencentes a comunidade afro-brasileira.

Segundo Santos (2011), a resistência das manifestações dita como dominadas apresenta processos de superação e (re) existência. Assim, trago esse aspecto para a pesquisa, porque esses processos evidenciam que os grupos dominados não apenas se opõem à opressão, mas também buscam transformar suas realidades, ressignificando seus modos de vida e lutando por preservar suas identidades. Quando as manifestações, sejam culturais, religiosas, corpóreas, dentro das (CRQ), resistem aos aspetos dominantes que tentam extingui-la ou invisibiliza-las configuram um ato de resiliência. Outro aspecto a ser considerado são transmitidas de geração a geração com o intuito de pertencimento identitário, podemos dizer que seu objetivo de agente formador de identidade reexistiu aos processos de apagamento.

No diálogo com Pinheiro (2023), em relação a temática étnico-racial, salienta-se que as conquistas e demarcações históricas dos movimentos negros organizados ao longo do processo histórico não se trata de doações ou transferências governamentais, e sim de direitos adquiridos pelas populações minorizadas. Na construção dos mundos, os funcionamentos escolares precisam centralizar as suas ações na formação de aprendizagens, métodos, organização do estabelecimento de ensino e das aulas, letramentos e a avaliação dos resultados como produtos derivados da cultura e da memória de um povo. É preciso enegrecer os espaços educacionais com profissionais empenhados e comprometidos com as pautas antirracistas.

A proposta de um ensino de Educação Física sob a perspectiva do multiculturalismo contribui para a formação de discentes que entendam seus lugares históricos e sociais, sejam capazes de refletir acerca das suas origens e a lutar para que as mudanças ocorram. No entanto, algumas acepções ainda precisam ser debatidas, dentre elas: a aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino da Educação Física, na Educação Básica.

Acerca da inserção de temáticas sobre a cultura corporal dos movimentos negros no currículo, alguns conceitos podem ser debatidos: a relação entre saudável e higiene associada à raça branca, concepções sobre cultura, dança, alimentação e formas corpóreas como cor de pele, tipo de cabelo, formato do nariz. Portanto, o que se entende é que a difusão dessas ideias contribui para a formação de uma população mais consciente dos seus direitos e disposta a lutar pela igualdade social, histórica e econômica.

A Educação Física brasileira tem sua gênese conectada a dois importantes espaços de poder e privilégios que configuram parte de sua história: as instituições militares e a classe médica. A princípio, a educação do corpo e o modelo de perfeição para a formação de um físico saudável e equilibrado. Os métodos de higiene da população propostos pelos médicos higienistas que circundam a origem da Educação Física no Brasil ainda necessitam ser rompidos. Segundo essa perspectiva, a Educação Física no século XIX, teve como intenção mudar os hábitos de higiene e disseminar preconceito de raça nas populações (Moreira; Silva, 2010).

Essa parte da história demonstra como os estereótipos sobre o corpo e raça estiveram intimamente ligados ao percurso histórico da Educação Física em comum ideário a um pensamento dominante daquele momento. Essa concepção de pensamento contribuiu na propagação da supremacia branca incorporada à introdução no Brasil dos métodos ginásticos. Nesse período, aconteceu a inserção da Educação Física como meio para reforçar os ideários do corpo mecânico e disciplinado, da supremacia branca na aptidão física e suas correntes hegemônicas, eurocêntricas, pautada no viés da branquitude². No entanto, ao decorrer das mudanças tecnológicas e no ensino, novos conceitos e discussões acerca da Educação Física foram surgindo e a disciplina se ressignificando (Carvalho, 2021).

Nas sociedades de classes, como é o caso do Brasil, o movimento social se caracteriza fundamentalmente pela luta entre as classes sociais como forma de afirmarem seus interesses. Como se vê, os interesses de classe são diferentes e antagônicos. Salientamos que o currículo é um lugar de disputa e poder, portanto os componentes curriculares ali presentes e as formas que são direcionados a comunidade estudantil reverberam em uma forma positiva ou negativa na vida dos educandos para além do “chão da escola”. Essa luta se expressa através de uma ação prática, no sentido de transformar a sociedade de forma que todos possam usufruir-se de uma forma coletiva pautada no respeito à diversidade social.

A expectativa da Educação Física escolar tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade, substituindo o individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos - a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (Coletivo de Autores, 1992, p.40).

Os princípios da Educação Física escolar pautam-se em educar através do movimento, contribuindo para o desenvolvimento de todo potencial do educando, unindo aspectos físicos, cognitivos e sociais. Nesse viés, entendemos a Educação Física escolar como um processo de humanização pautado nas questões racial, cultural, histórica e política.

Como professora de Educação Física tive a grata oportunidade atuar em alguns espaços escolares em minha região, escolhida para ser trabalhada nesta dissertação. Neste processo, me deparei com lacunas abissais entre o que orienta a Lei 10639/03 e o que ainda vem sendo efetivado no chão da escola. As práticas coloniais, ocidentais e hegemônicas estão enraizadas nos espaços escolares, precisamos urgentemente de propostas educacionais que se concretizem na prática e que se contraponham à escola eurocentrada e ao currículo colonial no qual estamos submersos.

Esse processo elucidou-se a partir da colonização quando as potências europeias impuseram suas culturas e sistemas de conhecimento, marginalizando as culturas locais. Esse processo formou um currículo e práticas pedagógicas que ainda hoje desvalorizam saberes e tradições não europeias, perpetuando desigualdades e a subordinação de outras culturas. A Educação ainda reflete esse modelo colonial, portanto, é necessário enfrentar essa herança para criar um currículo mais inclusivo e plural.

Enfim, tecer uma análise sobre as Relações Étnico-raciais no campo da Educação Física é um ato político, no sentido de ir contra todo o movimento social de exclusão das diversas pluralidades. Problematicar questões identitárias como a ancestralidade e a cultura, possibilita a origem de novas matrizes teóricas que contemplem outros olhares sobre o processo histórico da cultura Afro-brasileira com fins de promover sua validade civilizatória. Implementar a luta contra um pensamento discriminatório desencadeado nas instituições de ensino em relação à cor da pele, tipo de cabelo, forma de nariz e formato do corpo, difundido no século XIX, e que inferioriza o negro, constitui uma necessidade e urgência.

Ou seja, No âmbito daquilo que podemos considerar como estudos específicos da Educação Física voltados ao corpo e a cultura corporal, assim como os dedicados à estética e imagem corporal, os corpos negros foram praticamente esquecidos e invisibilizados no decorrer da história (Carvalho, 2021, p. 38).

² O termo branquitude refere-se aos privilégios do grupo formado por pessoas brancas bem-sucedidas em detrimento a grupos não favorecidos. Assim, a branquitude diz respeito a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais, ou seja, é um acordo tácito não verbal no qual asseguram ao branco o lugar de privilégios entre si em uma sociedade onde o racismo é estrutural (Pinheiro, 2023).

Mediante ao exposto, é fundamental que escola e a sociedade andem de mãos dadas na busca de oportunidades e mundos melhores para os sujeitos ali presentes. Tratando-se de uma comunidade quilombola onde a ancestralidade é de suma importância para a continuidade do legado dessa população, o viés escola e sociedade precisam dialogar intrinsecamente, pois deve haver um olhar sensível da escola na formação escolar desses sujeitos em conjunto com o meio em que estão inseridos.

Conforme a BNCC (2017), é fundamental enfatizar que a Educação Física ofereça múltiplas possibilidades para enriquecer a experiência dos educandos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. A BNCC tematiza a Educação Física escolar em seis unidades básicas para serem trabalhadas no Ensino Fundamental: jogos, brincadeiras, esportes, ginástica, dança, lutas e práticas corporais de aventura (Brasil, 2017).

No documento, dentre as seis unidades temáticas, as unidades de brincadeiras, jogos, danças e lutas estão organizadas em objetos de conhecimento, dentro das esferas sociais mais familiares (localidade e região). Partindo desse pressuposto, compreendemos que as práticas corporais da comunidade são postuladas de alguma forma nas aulas de Educação Física atendendo ao que se pede o documento oficial.

De acordo com Neira (2011), o currículo não é uma ferramenta neutra e que se desvincula do meio social. Assim, é de extrema importância que as práticas educacionais estejam presentes, respondendo à singularidade e diversidade do meio. Sendo o chão da escola um ambiente de difusão de conhecimentos e inclusão, deve-se priorizar das diferenças. Torna-se necessário opor-se às homogeneizações, lutando em prol da desconstrução colonial, na esperança de uma sociedade plural, diversa, inclusiva, que esteja ao lado dos invisibilizados.

O anseio em aproximar meus estudos sobre a temática de povos tradicionais confirmou-se na vivência da disciplina de Educação, Identidade e Pluralidade Cultural e Cultura Popular e Educação. Fiz um levantamento sobre Educação escolar Quilombola e Educação Física no Catálogo de Teses e Dissertações Capes (CTD), percebi a timidez em relação à lacuna no campo da Educação no território que será desenvolvida a pesquisa, tratando-se de uma população ímpar em relação a sua identidade sociocultural.

A partir do levantamento no banco de dados da Capes foram encontradas apenas duas pesquisas sobre Volta Miúda, uma pesquisa em relação a Educação Quilombola em geral e a outra sobre Memória. No campo da Educação Física e na região do extremo sul em diálogo com EEQ, não foram encontrados dados. Aqui destaco o trabalho incansável das Universidades Públicas da região, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pois lutam para que a academia atue nos espaços para além de seus muros, por meio de projetos de extensão, estas vêm ocupando esses territórios e aos poucos a universidade vem expandindo-se e atuando junto da comunidade.

Todo esse caminho percorrido fez com que eu desenvolvesse uma relação intrínseca com meu objeto de pesquisa, visto que esta conversa diretamente com minha identidade e vivência supracitada. Antes de adentrar propriamente na questão em foco, é pertinente fornecer uma breve contextualização sobre a problemática na qual este objeto está imerso

As escolas desempenham papéis fundamentais na vida dos educandos a nível mundial. É através dessa instituição que crianças e adolescentes conseguem trilhar um futuro. Segundo Paulo Freire, patrono da educação, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67). Partindo desse pressuposto, é por meio da educação que o indivíduo desenvolve consciência crítica e um olhar sensível em relação à sociedade ao seu redor

A presente pesquisa nasce a partir de uma construção acadêmica, profissional e pessoal centrada nos povos tradicionais, em especial aqui, sobre Educação escolar Quilombola. O extremo sul baiano é uma região geograficamente muito importante para todo território nacional, a localidade cercada por comunidade indígenas, quilombolas e grupos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), o que a torna lugar de luta e resistência. Ao longo de minha trajetória profissional tive a oportunidade de lecionar nessas comunidades e buscar compreender a estrutura e as singularidades de localidades e locais. Os caminhos percorridos na docência nesses espaços, sempre me trouxeram inquietações como: para quem estamos ensinando? E nossas práticas pedagógicas no contexto escolar estão alinhadas com a identidade local dos sujeitos?"

Diante do exposto, o estudo de campo foi realizado em Caravela, especificamente na Comunidade Remanescente de Quilombo de Volta Miúda. A escolha do local se deu prioritariamente por ser uma cidade formada por diversos

grupos e populações tradicionais, além de ser minha cidade natal. Ademais, trata-se de um campo de estudo pouco explorado na região, o que amplia relevância da pesquisa, e por fim e não menos importante, sendo uma forma da Universidade Federal da Bahia - UFBA estar presente e engajada na região. Assim, alcançar outras partes desse estado composto por uma diversidade de 27 territórios e em comunidades de povos tradicionais.

Após um mapeamento no banco de dados da CAPES, Google Acadêmico e Plataforma Sucupira, identifiquei um quantitativo de menos 10 documentos relacionados a Volta Miúda. Isso ressalta a importância da pesquisa. É importante notar que não encontrei nenhuma pesquisa abordando a temática de EEQ e EFE, o que evidencia a ausência desse campo de estudo na região do extremo sul da Bahia. Portanto, reforço a relevância e necessidade desse estudo para a área e a localidade. Nessa conjectura (Portela; Abrahão, 2024), através da revisão sistemática da literatura revisaram a produção acadêmica desenvolvida entre os anos de 2010 a 2023, sobre Educação escolar Quilombola atravessando um recorte para o componente curricular de Educação Física escolar relacionada à efetivação do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Foram encontrados documentos (dissertações e teses), que abordavam temáticas curriculares como projeto político pedagógico, práticas pedagógicas e Leis educacionais.

Considerando a importância da temática, a pesquisa buscou mapear e analisar as teses e dissertações disponíveis Catálogo de Teses e Dissertações/CAPES - CTD, esgotando a plataforma de acordo com os unitermos e combinações utilizados para no estudo.

A busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações/Capes (CTD), disponibilizou um total de 21 trabalhos. Entretanto, seguindo o critério de inclusão, apenas 12 foram analisados, 9 foram descartados, pois não dialogavam com os critérios estabelecidos da pesquisa. Portanto, analisamos 9 dissertações e 3 teses, contabilizando assim as 12 pesquisas. As análises responderam de forma positiva ao problema da pesquisa, as propostas expostas nos documentos são pautadas na Educação Quilombola com atravessamento da Educação para as Relações Étnico- Raciais - EREER e na Lei nº 10.639/03, assim as temáticas abordadas nos documentos estudados buscam em suas práticas pedagógicas promoções de conhecimento sobre as contribuições da cultura afrocentrada em suas aulas.

O quadro abaixo mostra com exatidão todos os documentos mapeados e

analisados nesta pesquisa. Este quadro contém informações necessárias e precisas sobre as dissertações que foram analisadas na pesquisa. Nele foram descritos os documentos dissertação e tese, nome do Programa de Pós- Graduação, nome da Universidade e ano da pesquisa.

Quadro 1- Sistematização das produções em nível de mestrado e doutorado

DOCUMENTAÇÃO	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	UNIVERSIDADE	ANO
Dissertação	Centro de Ciências da saúde Departamento de Educação Física Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física	Universidade Estadual de Maringá	2013
Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação Física	Universidade Federal do Vale do São Francisco	2023
Dissertação	Programa e Pós-Graduação em Educação física	Universidade Federal de Pelotas	2012
Dissertação	Centro de Ciências da Saúde Departamento de Educação Física Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física	Universidade Estadual de Londrina	2012
Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões	Faculdade Unida de Vitória	2022
Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação Física	Universidade de Brasília Faculdade de Educação Física	2018
Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação física	Universidade de Brasília Faculdade de Educação Física	2011
Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Educação	2021
Dissertação	Departamento de Educação Programa de pós-Graduação	Universidade Federal de São João Del-Rei	2014
Tese	Programa de Pós-Graduação Gestão e Ensino da Educação Básica	Universidade Federal do Maranhão	2022

Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação	Universidade Federal do Espírito Santo	2014
	Física e Desportos		
Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade vale do Cricaré	Instituição de Ensino: Centro Universitário Vale do Cricaré	2020

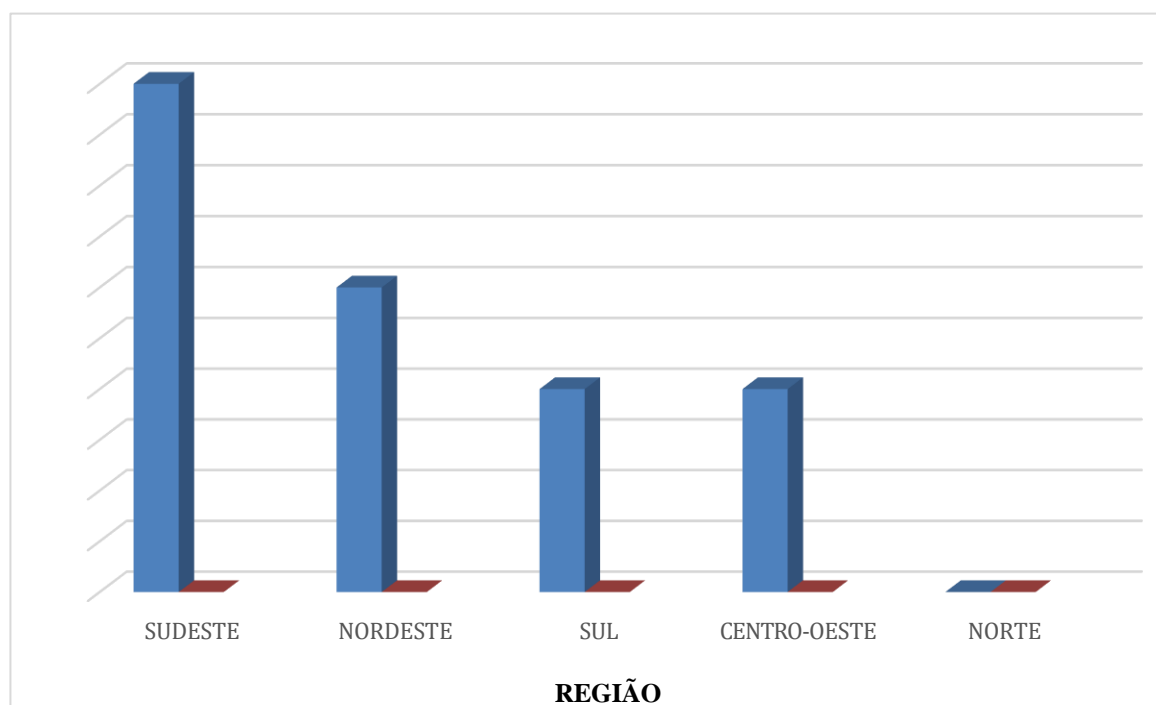
Fonte: Produção autoral (2024)

Um dado importante identificado durante a realização do estudo foi a predominância absoluta de pesquisas vinculadas às instituições de ensino superior públicas brasileiras. É importante salientar a filiação federal ou estadual das instituições, o que indica a relevância e austeridade das instituições públicas sobre tratar com austeridade, relevância da temática e a difusão das pesquisas no país.

Um outro dado importante, a região de predominâncias em relação aos estudos, nota-se que (5) dos 12 trabalhos são da região Sudeste, logo em seguida Nordeste (3), Sul (2) e Brasília (2). Nota-se a ausência de trabalhos da região Norte do país em relação aos unitermos utilizados no catálogo para a obtenção dos dados.

Os autores trouxeram gráficos para ilustrar a distribuição das pesquisas por região, segue abaixo

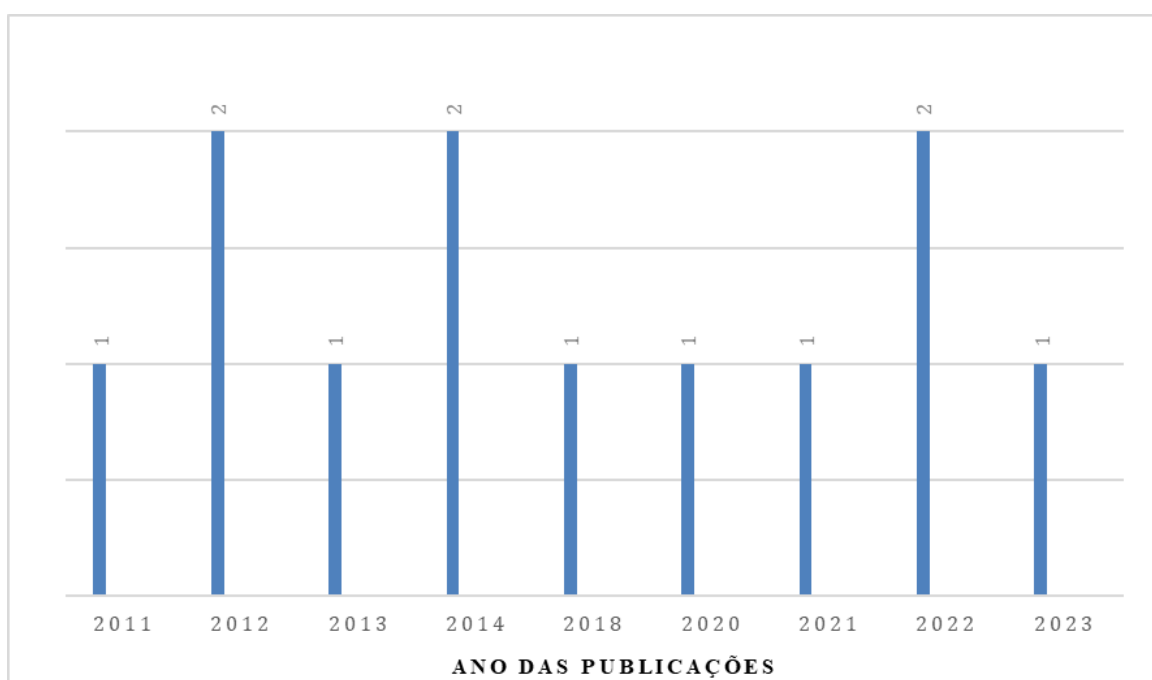
Gráfico 1 - Distribuição das pesquisas por região brasileira



Fonte: Produção autoral (2024)

No primeiro gráfico, é possível visualizar a distribuição das pesquisas por região do país. Destaca-se a predominância da região Sudeste, seguida pelo Nordeste, Sul e Brasília. Nota-se uma ausência significativa de trabalhos da região Norte.

Gráfico 2 - Quantidade de publicação por ano



Fonte: Produção autoral (2024)

No segundo gráfico, é apresentado acima a quantidade de publicações por ano sobre o tema abordado. Essa análise temporal permite observar tendências e variações ao longo do período estudado.

No subsídio de uma educação antirracista sobre os aportes legais à Lei nº 10.639/03 e na Educação para as Relações Étnico-Raciais EREER, necessitamos despir-se de todo e qualquer tipo de racismo. Angela Davis (1981), uma das maiores referências contemporâneas sobre questões raciais da atualidade, nos alerta que em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Essa afirmação, se torna particularmente relevante para a Educação, pois ser antirracista engloba reconhecer os privilégios da branquitude e suas várias formas de hierarquias, conquistados à custa da negação do sujeito negro, e a luta para que privilégios sejam redistribuídos de forma que todos tenham acesso às mesmas oportunidades (Portela, Abrahão, 2024).

A partir desse viés e para uma melhor compreensão das produções, emergiram três categorias:

- Corpo Fé
- Corpo Natureza
- Corpo Ancestral

A Análise dos dados segundo os autores, apontam que as pesquisas exploradas trabalharam no campo das práticas corporais dos saberes dos corpos em movimento dos quilombolas, dividindo-os nas seguintes formas: corpo fé, corpo natureza e corpo ancestral (Bezerra, 2021).

As análises exploradas na categoria corpo fé constituem-se como memórias ancestrais desse povo. Estabelecem relações com o passado, se fazem e refazem no tempo presente, vinculando-se aos aspectos religiosos e de resistência dos remanescentes de quilombo. Portanto, a reafirmação e construção identitária que permanecem em meio aos movimentos das comunidades. Por outro lado, as pesquisas nos trazem uma alerta sobre as religiões protestantes e pentecostais dentro dessas comunidades.

Importante evidenciar a influência direta no cotidiano da comunidade e, conseqüentemente, no campo do lazer e educacional. O processo normativo religioso desconfigura tais sujeitos, pois estes não se reconhecem como quilombolas e

inviabilizam grande parte da história de sua história. A falta de identidade dos moradores interfere na compreensão e apreciação das atividades de resgate cultural. E a escola é o principal espaço e agente dessa vivência em sua totalidade (Portela; Abrahão, 2024).

Os movimentos das tradições culturais sobre a cultura corporal do movimento apresentam-se por meio da dança na categoria corpo natureza, assim em conformidade com singularidade de cada povo aqui elucidado. A dança evidência um dos meios de trabalhar-se em respalda com a Lei n^o 10.639/03, uma vez que promove uma Educação Antirracista e afrocentrada em conjunto com as práticas ancestrais de cada comunidade. Em diálogo com o os seis elementos da cultura corporal do movimento na Educação Física escolar, a dança além de trazer benefícios físicos carrega consigo todo elemento simbólico e cultural.

A categoria corpo natureza nos apresenta formas de inserirmos em nossas práticas pedagógicas os saberes dos corpos negros/quilombolas em diálogo com a Lei nº 10.639/03. Deste modo, é trazer para as aulas de Educação Física o acervo de saberes já conhecidos das realidades Afro- brasileiras.

Os corpos em movimento enquanto manifestações culturais ancestrais de um povo devem possibilitar na Educação Física uma ampliação de possibilidades pedagógicas implementando uma proposta corporal intercultural à diversidade dos corpos no espaço escolar.

É preciso afirmar e positivar os saberes e práticas dos corpos negros, trazendo- os para as aulas da EFE em diferentes conteúdos e estratégias metodológicas outras temáticas que vão para além da capoeira. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação escolar deve ser: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, p. 1). É preciso um avanço para que a educação quilombola consiga atingir os objetivos que tecem nossa legislação legal.

A revisão sistemática da literatura nos revela em seu campo de estudos vários vieses de como a Educação Física escolar pode dialogar com as comunidades remanescentes de quilombo e desenvolver em conjunto atividades para uma Educação Física antirracista. Na literatura estudada foi nítida a diversidade da língua corpórea em relação

aos temas de matrizes africanas e Étnico-Raciais nas pesquisas. Dança, cultura, religião, expressões artísticas, todas em concordância com a linguagem corporal e com o amparado da Lei nº 10.639/03.

Assim, destaco que as pesquisas diagnosticadas trabalharam as especificidades das comunidades onde desenvolveram o estudo, respeitando seus aspectos sociais, históricos, identitários, políticos, orais, lúdicos e o mais importante o ancestral.

Segundo os autores (Portela; Abrahão, 2024) a partir desta pesquisa algumas possibilidades de futuras pesquisas podem ser pensadas e desenvolvidas. Esse mapeamento é de suma importância para diagnosticarmos a modalidade Educação escolar Quilombola EEQ no componente de Educação Física. Pesquisas poderiam ser desenvolvidas acerca de vários vieses sobre a Educação escolar Quilombola EEQ em diferentes níveis de ensino e em diferentes aspectos da Educação Física.

A literatura sistemática revisada demonstrou a relevância das práticas corporais em comunidades remanescentes de quilombo pelo Brasil, apesar de cada comunidade ter sua própria identidade cultural devemos salientar a construção de um currículo específico que atenda as necessidades deles. A Educação escolar Quilombola é um direito primordial da população que durante centenas de anos foi silenciada e não escutada, invisibilizada de ecoar sua voz em vários espaços de poder como a escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola asseguram de forma legal direitos aos remanescentes de quilombo. Esses não precisam sair de seu espaço para obter uma educação de qualidade.

A Lei nº 10.639/03 assegura também o dever de se aplicar temáticas relacionadas à História da cultura Afro-brasileira e africana, portanto é preciso que haja, não apenas no currículo prescrito, mas também no currículo em ação, estabelecendo atravessamento com o currículo oculto em sala. Assim, trabalhando com a ERER nas aulas Silva (2003) classifica

o currículo oculto como “[...] o currículo oculto engloba todos os aspectos do ambiente escolar que, embora não integrando o currículo oficial e explícito, contribuem de maneira implícita para aprendizagens sociais significativas” (p. 78). Assim, no currículo oculto, as atitudes, valores e regras que a sociedade espera das pessoas são aprendidos de forma indireta, para que se ajustem às normas e ao funcionamento da sociedade existente.

Hoje o argumento da falta de formação não é dos mais bem visto, pois temos muito meios de formações que discutem a ERER, a Educação Antirracista e

Afrocentrada. É inquestionável a valorização e representatividade dos saberes dos diversos grupos nos currículos escolares, sendo currículo um forte elemento político subsidiado de diversidade de tradições, práticas sociais e culturais por vezes desacreditadas pela tradição escolar homogênea, hegemônica, eurocêntrica e branca. Os estudos direcionam uma alerta na execução da Lei nº 10.639/2003 nas práticas corporais afro-brasileiras no contexto da Educação Física, o que ainda não ocorre como manda a obrigatoriedade da Lei. Nosso desafio enquanto professores de Educação Física nas escolas é começar a implementar propostas que dialoguem em conformidade com a comunidade, onde estivermos inseridos, devem-se oportunizar no ambiente de nossas práticas pedagógicas os saberes da cultura negra.

É importante que esse conhecimento passe de geração a geração, pois essa técnica é uma das mais tradicionais no que diz respeito à aprendizagem nas comunidades remanescentes de quilombo, por meio da oralidade e se materialize nas práticas corporais no contexto escolar.

A gênese da Educação Física escolar não foi um dos movimentos mais emancipatórios e democráticos da história brasileira, pelo contrário, a mesma esteve por muito tempo engessada a operantes que desencadearam o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a misoginia, entre outras formas discriminatórias e excludentes de opressão social. Tendências eurocêntrica ocidentais como eugenismo, militarismo e higienismo contribuíram para que grupos minoritários e vulneráveis que não pertencessem a essas ideologias fossem silenciados.

O passado da EFE ainda reflete desafios no tempo presente no que se refere à promoção da construção de uma Educação Física decolonial, isto é, equitativa a todos os educandos. No entanto, a EFE nos dá suporte adequados em relação à cultura corporal do movimento para promoção que se estende além dos esportes competitivos e segregatistas, assim potencializando a valorização da diversidade cultural, artística, étnica, religiosa e sexual no ambiente socioeducativo (Pomin, 2020). Nessa contextura, é importante mencionar a Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais. Pois através desses dispositivos obrigatórios na Educação Básica brasileira que os temas ligados à História da África e a Cultura Afro-brasileira possam ser trabalhados no componente curricular da Educação Física escolar, reforçando o compromisso de trabalhar práticas que promovam a diversidade nas aulas.

Os povos tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que se

reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização social. Eles ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, valendo-se de conhecimentos e práticas transmitidos pela tradição de geração para geração. No Brasil, são listados 27 povos e comunidades tradicionais. O município de Caravelas majoritariamente é formado por coletivos de povos tradicionais, a saber: pescadores e pescadoras artesanais, indígenas, ribeirinhos, povos de terreiro, extrativistas e quilombolas (Isa, 2023).

A república dos Quilombos foi uma revelação assustadora para a época; hoje, a análise dos seus feitos constituiu um estímulo a solicitar as nossas energias para as lutas pela reforma agrária, para varrer de uma vez com os grandes latifúndios, as velhas sesmarias, causa maior do atraso e da miséria do povo brasileiro (Nascimento, 2020, p. 15).

A luta por uma vida digna e por direitos democráticos justos em relação ao negro no Brasil surge desde a diáspora africana. É de compreensão coletiva que durante a retirada forçada e ao desembarcarem em solos brasileiros homens e mulheres de diversos países do continente africano foram brutalmente violentados e expostos a situações desumanas durante a travessia atlântica ao desembarcarem nessa terra. Durante esse doloroso processo e em busca de melhores condições para subsidiar sua sobrevivência surgem os quilombos. A terminologia durante muito tempo foi caracterizada de forma pejorativa, aqui trabalharemos a partir da ótica de Abdias Nascimento sobre quilombo, este que por muito tempo esteve nas trincheiras das lutas raciais no país.

Sobre uma perspectiva decolonial e de ressignificação, Nascimento (2020) nos brinda com marcadores insurgentes sobre definição de quilombo,

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação (Nascimento, 2020, p. 348).

Portanto, segundo Nascimento (2020), para além dessa compreensão colonial sobre os quilombos como espaços de negros fugidos, em sua obra *O Quilombismo*, Nascimento teoriza a importância dos espaços das comunidades remanescente de quilombo. Por meio deles, os aquilombados conseguiam preservar sua cultura, culinária e religião, ou seja, conseguiam retornar os laços com suas origens.

O quilombo também foi muito importante para que os diversos grupos trazidos do continente africano se encontrassem, formando seu próprio modo de organização social.

O Quilombismo compreende não ser suficiente obter pequenas concessões de caráter empregatício ou de direitos civis, no contexto da sociedade branca dominante do país. O nosso se configura como problema de direitos humanos, direitos de soberania, de autodeterminação e de protagonismo histórico. O Quilombismo nos ensina que nós, negros, precisamos construir nossas próprias instituições independente e progressista, consolidar nossa coesão e força política, reconstruindo e fortalecendo a nossa comunidade para podermos sobreviver numa sociedade racista (Nascimento, 2020, p. 32).

É de suma importância que ao discutirmos sobre CRQ, não deixemos de lembrar da importância do Quilombo dos Palmares. Palmares foi o maior quilombo da América Latina, localizado no Brasil, em um estado nordestino, especificamente em Alagoas, na Serra da Barriga. É um símbolo de resistência para a comunidade negra. As comunidades remanescentes de quilombos, em sua maioria são territórios ocupados por grupos étnicos raciais, com presença de ancestralidade negra. Diante desse contexto, “nota-se que o processo de ressemantização do termo *quilombo* desvincula-se, significativamente, de uma busca utópica no passado ou na sua projeção folclórica” (Gonçalves, 2014, p. 35).

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para as comunidades quilombolas, o espaço vai além de um simples local geográfico, sendo um reflexo das lutas históricas pela terra, identidade e preservação de suas práticas culturais, portanto está intrinsecamente ligada à história de resistência e ao fortalecimento da identidade da comunidade.

As lutas travadas pela população negra acontecem, infelizmente, de forma gradual no Brasil, um exemplo dessas incansáveis lutas foi a imersão das comunidades remanescentes de quilombo na participação do censo demográfico do IBGE. Portanto, sendo a primeira vez desde sua fundação que esses foram inclusos no levantamento. É de extrema importância que povos tradicionais sejam visibilizados e mapeados, pois através dessas pesquisas que políticas públicas específicas chegam até as comunidades. Ressalta-se também a importância da CONAQ que luta atualmente pelo coletivo (IBGE, 2022).

Atualmente, os estados com o maior número de quilombos são: Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. O censo do IBGE (2022), contabilizou em seus dados mais de um milhão de quilombolas no país, estatisticamente 50% deles estão no Nordeste, nos estados da Bahia e Maranhão. O Sudeste com o estado de Minas Gerais sendo o terceiro estado mais populoso em comunidades remanescentes de quilombo.

Antônio Bispo, um dos grandes intelectuais orgânicos e liderança quilombola contemporâneo, que partiu para o sagrado - mundo espiritual, nos honra com suas palavras sobre a importância do modo de vida quilombola e sobre os movimentos de retorno dentro das comunidades quilombolas. Seu olhar sensível e singular sobre os povos tradicionais quilombolas nos convida a pensar sobre como as estruturas convencionais invisibilizam e excluem o modo de vida ancestral de um povo.

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma (Bispo, 2023, p.35).

A comunidade remanescente de quilombo de Volta Miúda, local da pesquisa, faz parte do município de Caravelas. Volta Miúda é formada por 120 famílias distribuídas geograficamente no território demarcado. A CRQ, como várias outras comunidades remanescentes de quilombo do Brasil, vem lutando e resistindo, ainda se encontra em processo de titulação da área. O Quilombo de Volta Miúda está certificado desde 2005 pela Fundação Cultural Palmares, processo - nº 01420.000241/2005-93 – FCP, portaria 26/2005; data da portaria no DOU - 08/06/2005 nº processo INCRA - 54160.000300/2011-46 (Ipatrimônio, 2020). Portanto, a comunidade segue em situação fundiária não titulada. Essa situação que já se estende por longos anos tem consequências terríveis, pois a comunidade é alvo de exploração em suas terras por uma empresa de papel e celulose que atua na região.

A monocultura do eucalipto é muito forte no extremo sul da Bahia, e várias comunidades tradicionais sofreram os impactos negativos. Volta Miúda, infelizmente, faz parte de uma dessas comunidades. A estrada de chão que dá acesso à comunidade está tomada pelos enormes pés da árvore, a mata nativa foi totalmente destruída e não se tem mais outra espécie que não seja eucalipto, tanto no lado direito quanto o lado esquerdo. A empresa age de forma inadequada no manejo de eucalipto na região, com aplicação de agrotóxicos que causam danos à saúde dos habitantes e animais da comunidade.

Figura 5 – Estrada de acesso a CRQ tomada pela monocultura do eucalipto



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Em um projeto executado recentemente pelas professoras (Portela; Portela, 2024) sobre a cultura popular local, com o apoio da Secretaria de Cultura Municipal e do edital Lei Paulo Gustavo, foi realizado um mapeamento sobre a prática de benzimento e práticas religiosas tradicionais em algumas comunidades de Caravelas. No mapeamento as autoras diagnosticaram a falta de terreiros ou elementos ligados religiosidade de matriz africana em Volta Miúda (Portela; Portela, 2024). Os terreiros mais próximos à comunidade, ficam na comunidade remanescente de quilombo vizinha, em Helvécia e no distrito de Juerana.

Dessa forma, é perceptível como as tradições religiosas de matriz africana são silenciadas por conta da intolerância, racismo religioso e dos atravessamentos negativos das igrejas evangélicas nesses espaços ancestrais. Hoje, o Quilombo de Volta Miúda é 90% evangélico da igreja Assembleia de Deus e Deus é amor.

Mediante a isso, ao adentrar na comunidade, é explícito que o território foi tomado pelas igrejas evangélica o que reflete de uma forma negativa sobre a aceitação de religiões de matriz africana. Devido à cultura religiosa ocidental judaico- cristã ser enraizada como a coerente, a figura do negro entrelaçado ao mal é definida em termos de tradição das percepções do ruim, do demônio, do terror.

Durante centenas de anos, povos de santo foram perseguidos, mortos,

hostilizados, presos por não poderem cultuar o sagrado e sua fé. As chamadas roças de candomblé eram em lugares afastados e escondidos, principalmente nos lugares de mata, por conta do racismo e intolerância religiosa que os expulsavam dos lugares mais povoados das cidades. Lideranças religiosas tem suas vidas ceifadas de forma brutal, as estatísticas corroboram isso, a realidade das maiorias das CRQ. Contudo, se faz necessário que haja uma ressignificação nesse cenário de negação, pois esta marginalização da religião põe em risco a preservação da cultura, das tradições e da história dos quilombolas.

O direito ao culto litúrgico religioso é um direito constitucional, menosprezo e preconceito as religiões afro-brasileira mediante a lei deve ser lido como discriminação religiosa. Segundo a Lei nº 14.532/23, sancionada em janeiro de 2023, assemelhada à injúria racial ao crime de racismo, com pena aumentada de dois a cinco anos de prisão, além de multa inafiançável, o crime é imprescritível (Brasil, 2023).

Figura 6 – Foto da Igreja Evangélica na CRQ de Volta Miúda



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Para além dos problemas ambientais e identitário, o outro problema nasce devido à não titulação oficial da comunidade. Esse atraso na titulação interfere em várias esferas dentro do território, principalmente na garantia de políticas públicas destinadas à comunidade. Essa última fase do processo de regularização dos territórios corrobora o reconhecimento pleno do território. Por isso, a importância da regularização das terras, ou seja, uma forma de garantir total direito de usos e frutos apenas aos remanescentes de quilombos de Volta Miúda.

A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos está localizada na comunidade remanescente

de quilombo de Volta Miúda, no município de Caravelas/Ba, CNPJ: 01980981/0001- 43, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Caravelas. A entidade de ensino Doutor Sócrates Ramos foi fundada em 1989 para atender às necessidades dos moradores da comunidade rural de Volta Miúda, visto que as crianças e a comunidade em geral não tinham acesso à escola. A princípio, a escola atendia alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino.

A ideia de uma escola na comunidade partiu de um morador e líder comunitário Cassimiro Joaquim Serafim (*in memoriam*), que procurou um vereador municipal da época e solicitou junto ao prefeito Luiz Carlos de Sá Nogueira (*in memoriam*), que atendesse ao pedido do líder comunitário e iniciasse a construção do prédio no terreno doado por Sr. Casseiro. Por conta desta ação, a escola ganhou o nome de um médico que atuava no município.

Atualmente, a escola Doutor Sócrates Ramos é nucleada e integrada à Escola Municipal Júlio Gerônimo, localizada no distrito de Juerana, em Caravelas/BA. A escola atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais em turmas multisseriadas durante o turno matutino.

A instituição de ensino recebe recursos do governo federal, por exemplo: o Programa Dinheiro e Direito na escola PDDE, destinado a oferecer assistência financeira suplementar para as escolas, visando a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica. É importante destacar que a Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos funciona administrativa e pedagogicamente vinculada a outra unidade de ensino, ou seja, os recursos e as verbas são gerenciados pela direção da Escola Municipal Júlio Gerônimo. A estrutura física da escola é simples e compacta, composta por duas salas de aula, uma sala de informática, banheiros femininos e masculinos, cantina, refeitório, um pequeno pátio e um poço artesiano.

Figura 7– Foto da escola Doutor Sócrates Ramos



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Estabelecemos como sujeitos da pesquisa a gestão escolar (diretora) e corpo docente da escola. A justificativa para a escolha desses sujeitos deu-se por compreendermos o quanto o racismo opera dentro das escolas em suas mais diversas formas de opressão, perpetuando estruturas que afetam as subjetividades e a própria sociedade. A educação básica é espaço fundamental no desenvolvimento individual e coletividade, bem como formação integral dos sujeitos. Portanto, nosso olhar se estende a esse público, pois são responsáveis por serem intermediadores e contribuir na formação de sujeitos críticos.

Em vista disso, o problema desta pesquisa parte dos seguintes questionamentos: sendo a escola Doutor Sócrates Ramos localizada em uma Comunidade Remanescente de Quilombo, como as práticas corporais sobre temáticas que abordam a EREER e a Lei nº 10.639/03 estão sendo trabalhadas? Como os professores trabalham para preservar a identidade da comunidade? Como as práticas da cultura corporal de movimento são abordadas nas aulas de Educação Física escolar?

Tendo em vista este diálogo entre comunidade e educação, emerge o seguinte problema de pesquisa: como os conteúdos da cultura corporal do movimento se materializam nas práticas educacionais formacionais da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos?

A pesquisa tem como objetivo principal investigar a participação dos conteúdos da cultura corporal do movimento através das aulas de Educação Física nas práticas educacionais formacionais da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. Delimitamos

como objetivos específicos:

1. Discutir o Projeto Político Pedagógico escolar sobre o que concerne à literatura em relação a Educação escolar Quilombola e as Relações Étnico- raciais;
2. Mapear a partir da literatura o que vem sendo desenvolvido nos Programas de Pós-Graduação baseado no CTD (CAPES) sobre Educação escolar Quilombola no ensino de Educação Física;
3. Compreender como a direção e professores (as) têm respondido aos desafios da Lei nº 10.639/03 e contribuindo no pertencimento de identidade das crianças quilombolas locais.

MÉTODO

O estudo caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, essa abordagem concentra-se na compreensão detalhada dos fenômenos sociais, culturais e humanos, buscando capturar os significados subjacentes, as relações complexas, as percepções individuais e coletivas, os valores e as crenças que influenciam o comportamento e as experiências das pessoas (Minayo, 2009).

Trata-se de uma pesquisa observação participante e documental, o estudo participante, como o próprio nome diz, exige a participação ativa do pesquisador. A pesquisa de observação participante nasce da necessidade de conhecer e estudar os problemas da população envolvida, ou seja, tem como objetivo proporcionar ao pesquisador uma forma de observação participante em que terá o contato direto, empírico, com o objeto de estudo (Proença, 2007). É importante lembrar que, na pesquisa por meio da observação participante, o pesquisador se envolve em um ambiente e período que fazem parte do seu próprio tempo de vida. Foi utilizado como instrumento para a coleta por meio das entrevistas semiestruturadas com a diretora (1) e professora (1).

Organização da Pesquisa

O estudo teve como objetivo central investigar como os conteúdos da cultura corporal do movimento se materializam nas práticas educacionais formacionais da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, com ênfase na Educação escolar Quilombola. Seguindo uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi centrada na observação participante e entrevistas semiestruturadas respondidas pela professora e pela diretora. As entrevistas foram utilizadas para compreender como a direção e professores (as) têm respondido aos desafios da Lei nº 10.639/03 e contribuindo no pertencimento de identidade das crianças quilombolas locais, em particular no que se refere ao ensino de Educação Física nas comunidades quilombolas.

A pesquisa também se propôs a mapear a literatura sobre o que vem sendo desenvolvido nos Programas de Pós-Graduação sobre Educação escolar Quilombola no ensino de Educação Física, especialmente em relação aos desafios enfrentados no contexto da Lei nº 10.639/03, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas quilombolas.

Buscamos compreender como os professores e gestão da escola investigada

mobilizam seus conhecimentos através das práticas pedagógicas durante o processo de formação, e quais instrumentos mediadores usados por tais contribuíram para a construção da identidade de alunos quilombolas.

Ademais, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos foi analisado à luz da literatura sobre a Educação escolar Quilombola e as Relações Étnico-raciais, destacando como a escola lida com as questões de pertencimento e identidade dos alunos quilombolas. A pesquisa se aprofundou também na maneira como a direção e os professores responderam aos desafios impostos pela legislação e necessidade de promover um ambiente educativo que respeite e fortaleça a identidade cultural e histórica dos estudantes quilombolas.

Para a efetivação deste trabalho, foram utilizados os seguintes passos: A coleta dos dados primários foi realizada por meio de observação e os secundários através da aplicação das entrevistas na escola.

O registro aconteceu por meio de caderno de anotações e observação, com intuito de verificar o contato e conhecimentos dos educadores com utilização da cultura afro-brasileira na prática das suas aulas.

O estudo seguiu os seguintes passos:

- a) a comunidade escolar foi esclarecida sobre os objetivos e fases que seriam aplicados no decorrer do estudo, com ênfase nos participantes da pesquisa como as professoras de Educação Física e a diretora definidos;
- b) na fase de campo, foram feitas observações e entrevistas, que é uma das ações estratégicas do método de investigação da realidade, com os professores de Educação Física e a gestão escolar (diretora) sobre Educação Escolar Quilombola.

Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa professora de Educação Física e diretora da escola, totalizando duas participantes. Com o objetivo de preservar a identidade das participantes e organizar as informações, foi adotado o uso de pseudônimos. A pesquisa em campo onde aconteceu a coleta de dados foi realizada na Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. Além das entrevistas, também foi feita a observação participante, onde a pesquisadora acompanhou algumas aulas e atividades da escola para ter uma visão mais detalhada do trabalho realizado.

A observação das aulas ajudou a identificar aspectos como a estrutura das aulas, as orientações dos professores, a participação e o interesse dos alunos, entre

outros elementos relevantes. Os dados coletados foram registrados em um caderno de campo, onde foram anotadas as principais informações obtidas nas entrevistas e na observação participante.

Análise e Interpretação de Dados

A execução da pesquisa passou por ajustes significativos devido ao curto tempo para fazer as observações nas aulas, o que impossibilitou a realização de intervenções assíduas. Dessa forma, a análise foi elaborada com base no aporte teórico-metodológico da pesquisa, na observação participante além de incorporar os resultados obtidos nas entrevistas realizadas durante a fase exploratória do estudo. As entrevistas, além de fornecer uma visão geral das condições da comunidade escolar, foi fundamental para ajustar a abordagem de pesquisa às particularidades do contexto local.

Foram registrados relatos das observações feitas durante os primeiros contatos com a comunidade escolar Doutor Sócrates Ramos. Essas observações foram essenciais para entender as práticas pedagógicas, culturais e sociais da escola, especialmente no que se refere à integração de práticas educacionais voltadas para a valorização da identidade quilombola e o enfrentamento das questões étnico-raciais.

A pesquisa científica requer uma estruturação clara e organizada para garantir a validade dos resultados obtidos. A primeira etapa da organização de uma pesquisa científica envolve a escolha da abordagem teórica-metodológica mais adequada ao tema a ser estudado. Isso envolve a revisão da literatura disponível sobre o assunto, para para identificar abordagens já utilizadas por outros pesquisadores e avaliar sua relevância para o estudo em questão.

ASPECTOS ÉTICOS

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, denominado CEP-FACED/UFBA, em conformidade com as normas que regem a pesquisa envolvendo seres humanos, sob o CAAE 82039224.5.0000.0348.

1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL BAIANO: EM FOCO A ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DOUTOR SÓCRATES RAMOS

A primeira seção desta dissertação nos convida a discutir o Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar sobre o que concerne à literatura em relação a Educação escolar Quilombola e as Relações Étnico-raciais. Consiste como método dessa seção uma análise documental. A metodologia dela compreende dois momentos: descrição e análise desses documentos e produção do relatório documental a partir das análises. De forma técnica, é importante destacar que, ao se referirem ao "uso de documentos na investigação científica", os pesquisadores empregam os termos pesquisa, método, técnica e análise. Conforme mencionado por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 3), "Então teríamos as seguintes denominações: pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental".

Visto isso, nos auxiliaremos por documentos organizadores das: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação escolar Quilombola, na Educação Básica (2012); Diretrizes Curriculares para a Educação escolar Quilombola, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia (2013); Referencial Curricular Municipal de Caravelas (2022), relacionando-os à versão mais atualizada do PPP da escola supracitada (2019).

O Projeto Político da escola é um documento normativo e um ponto de partida para que ocorram análises, aprofundamentos das percepções pedagógicas, administrativas, das limitações e possibilidades da escola, ou, seja daquilo que pode ser realizado e definido através das responsabilidades individuais e coletivas para assim superar os entraves detectados. O PPP documento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados, construindo um retrato de memória reflexiva da escola, registrando suas transformações ao longo do tempo e permitindo uma avaliação de resultados.

Quanto a uma definição do que vem a ser PPP, Veiga (2001) aponta o PPP como um documento dinâmico, construído de forma coletiva e democrática, com a participação do coletivo na prática pedagógica, assim representa a oportunidade de participação democrática aos sujeitos envolvidos no processo educacional a prática reflexiva, crítica e cidadã

Em resumo, acredita-se que o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos atua como diretriz e instrumento mediador para as ações educacionais,

promovendo a construção coletiva emancipatória de propostas e metas que buscam aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes quilombolas.

Ao tratar-se de um (PPP) de uma realidade de povos tradicionais quilombolas por via da análise buscou-se entender como este dialoga com a realidade dos educandos locais. Dessa forma, surgem algumas inquietações: Como a escola pensa seu currículo? Por que a ausência de escritores negros? É um currículo eurocêntrico pautado em evidenciar apenas marcos históricos e nomes brancos nas dimensões do conhecimento? Como a escola projeta as datas comemorativas locais, são datas que reforçam a centralidade somente da religiosidade judaico-cristã? Como a escola pensa sua estética se tratando de quilombolas que detêm de uma singularidade ímpar?

Deste modo, buscou-se uma reflexão crítica sobre o Projeto Político Pedagógico dessa localidade. Salientamos que o atendimento das políticas públicas educacionais para a população negra deva ser garantido pelo poder público respeitando seus demarcadores de pertencimento étnico-racial, territoriais, históricos, sociais, políticos e culturais. É através do PPP que as escolas conseguem traçar seu perfil identitário, diretrizes, práticas pedagógicas e melhorias junto a toda comunidade interna e externa.

1.1 Desafios na Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico

Sabemos o quanto é desafiador a construção do PPP de uma escola. Isso ocorre por um emaranhado de razões, como a complexidade de articular as demandas pedagógicas, os desafios estruturais da escola e as diferentes visões de educadores, gestores e comunidade escolar. A comunidade externa escolar, aqui nos referindo aos pais, raramente se faz presente na construção do documento. Na maioria dos casos, por falta de informação em saber sobre seus direitos legais como cidadãos, ou em outros casos por falta de interesse. Os desafios não se limitam aos citados, pois para além da comunidade externa, alguns PPP's são elaborados sem a presença do quadro de docente e são desenhados por gestores que não sabem da realidade local da escola e seus contratempos.

A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, geograficamente localizada na comunidade remanescente de quilombo de Volta Miúda, no extremo sul da Bahia. Segundo a Resolução nº 8/2012 CNE/CEB Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação escolar Quilombola, caracteriza-se por escolas quilombolas, as unidades de ensino que fazem parte dos territórios quilombolas.

Art. 9º A Educação escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; 7 II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola. (Brasil, 2012, p. 6-7).

Ao analisar o documento de Volta Miúda, percebemos a carência das temáticas para as Relações Étnico-raciais. Compreendemos que as comunidades remanescentes de quilombo são territórios de lutas majoritariamente da população negra. São territórios ancestrais que tiveram que resistir incansavelmente a uma cultura de negação e extermínio imposta pela sociedade colonial e estrutural eurocêntrica. A Lei nº 10.639/09 História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o único aparato que temos hoje por Lei, em relação aos atravessamentos sobre a população negra, que precisa ser obrigatoriamente trabalhado no âmbito de toda extensão curricular da Educação Básica pública e privada. No trecho a seguir Macedo exemplifica de uma forma sucinta e didática a importância do currículo abordar temáticas plurais.

Mundos como o do trabalho, das culturas nas suas diversas formas de instituir realidades, cosmovisões cultivadas por movimentos sociais, por exemplo, não podem ser percebidas como improdutivos em termos curriculares, até porque produzem sapiências que, para todos os fins práticos, criam saberes de possibilidades formativos (Macedo, 2016, p. 67).

Em contraste com o que determina a obrigatoriedade e cumprimento da Leis para as Relações Étnico-raciais, há um apagamento no PPP. A Lei nº 10.639/03 não é citada em nenhuma parte do Projeto Político Pedagógico, tampouco as Diretrizes Nacionais para a Educação escolar Quilombola. Ao avançamos nos discursos decoloniais, estamos automaticamente trazendo aquele aluno para sua realidade local.

As comunidades remanescentes de quilombo são espaços ricos em pluralidade cultura, intelectual, histórica e cheia de saberes tradicionais. A realidade do PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos é mais uma forma de silenciamento das políticas públicas para a comunidade quilombola de Volta Miúda.

Sobre os processos avaliativos da escola, não há nenhuma especificidade perante as condições locais, assim seguindo então os direcionamentos gerais do que é estabelecido pelos documentos educacionais do município de Caravelas. Segundo regimento unificado do município, a avaliação tem um caráter investigativo, processual e acumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da

qualidade da educação. Em outras palavras, configura-se uma prática intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e orientado a prática docente. (PPP, 2019). Sobre o acompanhamento e supervisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, conforme consta no documento, o mesmo acontece por meio de discussões e ações organizadas durante o ano letivo, principalmente nas reuniões e planejamentos pedagógicos, com o objetivo de rever e refazer um diagnóstico das metas cumpridas. Os objetivos traçados e ações realizadas, dando continuidade ao trabalho promovendo uma reflexão e reformulação das propostas apresentadas ao longo do documento.

Portanto, cabe à direção e coordenação pedagógica da escola a responsabilidade de articular momentos para reflexão do PPP, seja nos encontros específicos com professores ou nos momentos que exigem a participação de toda a comunidade escolar.

À vista disso, ao investigar o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos notamos algumas incompatibilidades em relação aos documentos Nacionais, Estaduais e Municipais sobre a questão da Educação escolar Quilombola no município. Percebemos uma carência e invisibilidade em relação às temáticas voltadas às singularidades da EREER, a exemplo, no PPP da escola consta apenas uma atividade voltada a abordagem afro-brasileira o dia da consciência negra.

É evidente que o documento é elaborado com o intuito de ser apresentável a Secretaria de Educação, ao invés de atender às demandas da comunidade local. Infelizmente, essa se reduz a uma visão simplista de um instrumento norteador que é divisor de águas sobre as peculiaridades de cada chão escolar.

A examinar o PPP demonstra que o desenvolvimento educacional e práticas educativas estão fortemente enraizadas no imaginário ocidental branco. Desde a escolha por teóricos na construção do PPP, que buscam evidenciar e validar descobertas brancas, cientistas, literários e grandes nomes brancos em todas as dimensões da história, ciências, filosofia, ou seja, o sistema, que mesmo de forma velada, propaga o racismo estrutural. O racismo estrutural retrata o corpo negro em uma posição de subserviência em relação ao branco, inclusive na dicotomia de intelecto e trabalho físico, conhecimentos válidos e o folclórico.

Essas supracitadas acima são algumas das formas de superioridade da branquitude elitista em relação aos negros, sendo uma ferramenta de disseminação

para formas de crimes como discriminação e preconceito racial no ambiente escolar. Contrapondo estes marcos regulatórios voltados para a Educação escolar Quilombola e para Educação das Relações Étnico-Raciais ao currículo expresso pelo PPP diagnosticado. A teoria crítica do currículo nos faz refletir sobre um currículo pautado na emancipação crítica do educando. Ou seja, é necessário um currículo que rompa com o convencional hegemônico aplicado na maioria das escolas. Dessa forma, é essencial que rompa com as tendências que fizeram o currículo um espaço de excludência (Macedo, 2016).

Dentro dessa análise documental expressa nos documentos norteadores evidenciamos que os princípios que orientam a Educação do campo, como: ensino multisseriado, diversidade, formação crítica reflexiva, Educação do Campo ou Quilombola.

1.2 Diversidade

Compreende-se que a construção do Projeto Político Pedagógico deve partir do chão da escola e não deve ser pensado em uma realidade utópica que destoe da realidade do educando, por isso a importância de a comunidade estar presente nessa construção. Os professores e gestores que fazem parte dessa construção devem estar familiarizados com a realidade escolar e da comunidade onde ocorrerão as práticas pedagógicas a elucidação do PPP.

Sobre a construção de um PPP que atenda às necessidades e dialogue com as necessidades e realidade de onde a escola esteja inserida, a Resolução nº 68, de 30 de julho de 2013 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, traz o seguinte trecho,

Art. 26 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações: I – Observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos princípios da Educação escolar Quilombola constantes desta Resolução; II – ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; e III – atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades remanescentes de quilombo (Bahia, 2013, p. 14).

Um povo sem memória é um povo sem identidade e história. Nas comunidades remanescentes de quilombo, sabemos que a memória é constituída e repassada através da oralidade, isto é, os conhecimentos coletivos ancestrais são transmitidos

de geração a geração. Nos quilombos, todos são compartilhantes de saberes, desde que tenham nascido na comunidade que tenham uma relação de pertencimento com o ambiente e tudo inserido (Bispo, 2024).

Em relação à identidade e ancestralidade quilombola, Bispo em uma de suas falas mais marcantes e fundamentais diz que “Somos o começo, meio e começo” (Bispo, 2023, p.35), evidenciando como o conhecimento é transmitido para o coletivo com o intuito de nunca se perder. Esse movimento acontece como uma grande roda viva, sempre girando e nunca se perdendo. Esse conhecimento ancestral foi possibilitado graças à oralidade dos mais velhos para os mais novos, como uma forma tradicional de transferência do saber.

Embora não esteja sistematizada no documento em questão, é fundamental que a identidade da comunidade local seja inserida nas práticas pedagógicas dos professores e na extensão curricular. A comunidade de Volta Miúda aos poucos ressignificam e busca a sua identidade, que esteve adormecida ao longo dos anos. A escola, lugar de pertencimento para os educandos, sendo essencial que se vejam representados nos conteúdos aplicados. A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, em suas quase seis décadas de existência, já passou por processos difíceis e mesmo assim se mantém em pé. Isso acontece graças ao empenho e luta de alguns atores da comunidade. A escola, marco tão grande de identidade local da comunidade é referenciado no PPP. Atualmente, a unidade escolar passa por um processo de resgate cultural e identitário, possuindo alguns projetos permanentes que buscam o resgate e fortalecimento da identidade local, sendo eles:

- Projeto de Leitura Maleta Viajante
- Projeto Quem Sou Eu?
- Projeto Folclore
- Projeto escola Cinema
- Projeto Meio Ambiente e Vida
- Projeto Consciência Negra
- Projeto Festejos Caipiras
- Projeto Dia das Mães

Entretanto, observa-se que esses projetos permanentes pouco dialogam com as especificidades da comunidade em relação a algumas datas específicas locais,

festas culturais da comunidade quilombola, religiosas e afins. Os projetos não estão descritos detalhadamente quanto aos seus objetivos no PPP estudado. No entanto, partindo do pressuposto hipotético de uma leitura flutuante interpretativa, notamos que seguem o calendário convencional de alguns festejos nacionais. Em relação ao que tange à ERE e a Lei nº 10.639/03, o projeto que mais se aproxima da temática é o de Consciência Negra. Vale ressaltar que esses projetos estão presentes na escola desde 2019.

1.3 Educação do Campo ou Quilombola

Conforme a Resolução nº 68 de 30 de julho de 2013, que rege a Educação escolar Quilombola na Bahia define Escola Quilombola,

Art. 7º A Educação escolar Quilombola compreende: escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Parágrafo único – Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola (Bahia, 2013, p. 7).

Uma das incongruências em relação ao PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos fundamenta-se que a escola não estar descrita como escola Quilombola, mas sim como escola do Campo. Considerando que a comunidade está localizada na zona rural o PPP contempla a modalidade da Educação do Campo, conforme prescrito no documento. De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002), os quilombolas são considerados sujeitos do campo, todavia, hoje, a modalidade da Educação Quilombola, as diretrizes e resoluções descrevem que a mesma não faz mais parte da modalidade campo.

Por muito tempo o a Educação do Campo contemplou os remanescentes de quilombos e outros povos tradicionais, porém a questão tornou-se entre os pesquisadores, é debatida em vários congressos e há divergências sobre as escolas serem quilombolas ou estarem em territórios quilombolas e terem a modalidade da Educação do Campo como diretriz norteadora.

No Documento Curricular Referencial Municipal (2022), a Educação escolar Quilombola é citada como se houvesse de fato sua efetivação no município, inclusive com fotos de ações desenvolvidas referente à modalidade da Educação Quilombola. No entanto, ao examinar o PPP da escola evidenciamos que há uma controvérsia entre as informações dos dois documentos.

Sendo Volta Miúda uma comunidade remanescente de quilombo,

destacamos a importância em adotar um olhar sensível na construção do Projeto Político Pedagógico PPP e nas políticas públicas educacionais que envolvem a comunidade e seu alunato. Devemos considerar os demarcadores específicos que irão atender às necessidades e singularidades da comunidade. Respalhada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, Volta Miúda já deveria estar contemplada com um currículo específico que atendesse às demandas quilombolas. Certificada como comunidade remanescente de quilombo desde 2005, Volta Miúda deveria seguir a grade curricular obrigatória, porém com marcadores específicos da comunidade tradicional local.

Ao ser incluída em um currículo específico para a Educação escolar Quilombola, Volta Miúda certamente passará a ter políticas públicas sociais de permanência que ajudarão não apenas na questão do resgate da identidade local e territorial, mas na existência dessa comunidade.

Salientamos que a Educação escolar Quilombola é um movimento em construção, que precisa ser compreendido e efetuado de forma mais cautelosa, na construção de seus Projetos Políticos Pedagógicos e projetos escolares.

1.4 Ensino Multisseriado

A nucleação, alguns pontos do PPP atendem ao que pede a resolução das DCEEQ na Bahia,

Art. 21 A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental I na Educação escolar Quilombola, realizada em áreas rurais, deverão ser sempre ofertados nos próprios territórios quilombolas, considerando a sua importância, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Bahia, 2013, p. 13).

A Educação de Anos Iniciais I na escola Doutor Sócrates Ramos é realizada na própria comunidade, em uma sala multisseriada que atende duas crianças da Educação Infantil. No entanto, todos os processos legais e administrativos da escola

seguem uma extensão escolar da Escola Municipal Júlio Gerônimo, localizada na sede do distrito de Juerana.

As escolas situadas no campo sempre enfrentaram processos de deslegitimação, seja por seu conteúdo voltado para população do campo e seu meio ambiente, ou dificuldade alegada pelo poder público para manter as escolas em funcionamento devido à falta de estrutura, número de alunos e professores capacitados. Alguns desses argumentos são frequentemente usados para o processo de nucleação e posteriormente fechamento das escolas no campo.

A escola localizada em Volta Miúda não contempla o Ensino Fundamental Anos Finais, e os educandos precisam se deslocar para uma escola urbana. No entanto, esse processo nem sempre acontece de forma regular, especialmente nos dias de chuva, quando é impossível para o ônibus seguir o itinerário dos alunos.

Em contrapartida, no ano de 2022, a Universidade do Estado da Bahia UNEB em parceria com o governo do Estado, selecionou bolsistas para atuarem como monitores no Diagnóstico das escolas do Campo do Estado da Bahia. Assim, participei do processo seletivo para compor a equipe. Este projeto tinha como finalidade atualizar o mapeamento da situação das escolas do campo nos 417 municípios baianos, com o intuito de subsidiar as políticas de Educação do Campo no Estado da Bahia.

Nas idas que fazíamos ao campo era perceptível como a política de nucleação desconsidera as especificidades da Educação no Campo, que requer uma abordagem diferenciada para atender às necessidades e realidades do campesinato e descaracteriza a identidade do sujeito, pois não se leem naquele currículo.

O desenraizamento cultural também é um efeito negativo da política de nucleação. Ao serem deslocados para áreas urbanas, os alunos abandonam suas tradições, conhecimentos e vínculos com a comunidade, o que pode resultar na perda de identidade e valorização da cultura local. Além disso, a escola núcleo geralmente oferece um modelo de educação urbano, que não dialoga com a realidade e experiência dos estudantes do campo, contribuindo para um afastamento entre a escola e os alunos. A política de nucleação também acaba desestimulando a participação dos pais na gestão da escola. A distância geográfica dificulta o envolvimento dos pais nas decisões e atividades escolares, limitando sua participação e voz.

Outro aspecto preocupante é o desgaste físico e emocional provocado pelas

longas viagens realizadas pelos alunos em estradas precárias. Muitos estudantes precisam acordar muito cedo e percorrer grandes distâncias para chegar à escola, o que impacta diretamente em seu desempenho escolar, o que resulta na desistência de continuar os estudos e na evasão escolar.

Diante das situações supracitadas, há necessidade em repensar a política públicas de qualidade de nucleação em comunidades tradicionais e buscar alternativas que garantam uma educação que contemple os estudantes do campo. É fundamental envolver as comunidades, valorizar a cultura local, respeitando a diversidade e adaptando o currículo às necessidades específicas dos sujeitos.

Conforme Arroyo (1999), as escolas do campo precisam levar em consideração o meio em que o aluno está inserido e que se identifique com os valores e as necessidades próprias do campo. Esse estereótipo de “Lugar de atraso, do tradicionalismo cultural” (Arroyo, 2007, p.158) seja desconstruído e não reforçado sobre o povo do campo.

O poder público precisa olhar para o campo como um lugar onde famílias estão lutando por seu território a partir da (re) existência política, ancestral e territorial. Os movimentos sociais do campo estão nas trincheiras lutando pela justiça social e dignidade em prol de comunidades que sempre resistiram e resistem a um sistema opressor de aniquilamento social e humano. A matriz curricular presente no PPP é respaldada pela LDB 9394/96 e abarca componentes como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Destacamos que Educação Física não estava incluída nessa matriz e foi adicionada ao documento da escola no ano de 2023.

Como mencionado anteriormente, a Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos é nucleada. Em outras palavras, a parte administrativa é gerenciada pela diretora da escola Júlio Gerônimo, localizada na sede do distrito. Embora a escola Júlio Gerônimo receba alunos remanescente de quilombo, não possui políticas específicas para atender a esse público. O currículo segue um modelo convencional, o que resulta no apagamento da identidade de Volta Miúda, quanto mais distante de suas características quilombolas, mais o educando nega sua ancestralidade e se desconecta da comunidade, o que pode levá-lo a se afastar desse ambiente e não retornar.

1.5 Formação Crítica

É explícito no Projeto Político Pedagógico analisado a ausência da literatura negra na extensão curricular escolar. Na busca para entender algumas inquietações sobre qual o contexto a Educação Física escolar se insere no currículo da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, realizamos um diagnóstico mais detalhado do componente curricular no Documento Curricular Referencial Municipal. As informações obtidas no documento central do estudo não nos detalham, apenas citam por extenso o nome da Educação Física. Ressaltamos que o componente supracitado não fazia parte do currículo da unidade escolar, sendo implementado ao currículo a partir do ano de 2023.

Ao averiguarmos o PPP de Volta Miúda, o documento não aborda especificamente o componente de Educação Física. Ao tratar de povos tradicionais, é de suma importância que os documentos incluam especificidades sobre esses povos e suas culturas, afinal, segundo a BNCC (2017), o movimento humano requer uma análise contextualizada do meio sócio-histórico em que se insere.

Ao que tange à Educação Física escolar, vem descrita no Documento Curricular Referencial Municipal no tópico 14. O autor do texto, provavelmente um dos professores de Educação Física da rede Municipal, apresenta vários conceitos técnicos para descrevê-la, conceitos que não dialogam com a realidade local.

O engessamento arcaico sobre o componente curricular da Educação Física desencadeio uma EFE excludente em relação às práticas pedagógicas que envolvam a diversidade existente no chão da escola. Resulta em uma Educação Física escolar caracterizada pelo professor famoso rola bola, que não se preocupa com o pensamento crítico social do sujeito, se limita em dar uma aula pautada apenas em algumas práticas espoem algumas práticas esportivas, como futsal e voleibol.

Perpetua-se a ideia de uma Educação Física centrada apenas no corpo físico ou esportivização dos conteúdos. Isto quer dizer que a dicotomia de físico e intelecto prevalece e não passamos de reprodutores da recreação em sala de aula.

Ainda sobre uma visão rasa do componente curricular, o autor do enunciado no DCRM de Caravelas se limita e aborda apenas um teórico para seu embasamento na construção do texto, o (Falkenbach, 2002). Isso não torna ilegítima a importante referência do Doutor professor Atos Prinz Falkenbach na escrita do documento norteador municipal e/ou no campo da Educação Física. Em pleno século XXI, estamos passando por um processo de lutas raciais e sociais no ambiente escolar.

Nossos antepassados lutaram e resistiram durante quatrocentos anos de desumanidade por dignidade e justiça social, buscando legitimar quem somos, rejeitando a redução simplista de sermos povos predestinados à escravidão. Foram cruelmente forçados desde a diáspora africana a viver em estado de subserviência, imposta por outros povos e nações.

Ao examinarmos os documentos legais normativos de uma escola localizada em uma cidade. Segundo o IBGE, majoritariamente negra (preta e parda), territorializada em uma área quilombola e para quilombolas, ao naturalizar o fato do PPP e das DCRM não citarem um autor negro e não pontuarmos como um grave problema de reprodução do sistema enraizado normativo hegemônico. Estamos automaticamente contribuindo para que a cultura da branquitude intelectual, formadora e detentora em todos as esferas do saber prevaleça seja repassada e não repensada.

Em pleno século XXI, discutir a Educação Física escolar sem destacar um teórico negro pode ser visto como uma lacuna em termos éticos, literários, políticos e sociais, considerando a diversidade de pensadores que poderiam enriquecer o campo e contribuir de forma enriquecedora para construção do Projeto Político Pedagógico no campo da EFE com os atravessamentos da EREER e da Lei nº 10639/03. O negro ainda é visto como o sujeito incapaz do intelecto, apenas para o físico, enquanto a supremacia branca é lida e reafirmada a classe do saber válido e a estar no topo da pirâmide nos espaços de poderes. Ao tratarmos de povos tradicionais reforçamos que haja nos documentos legais especificidades sobre esses povos e suas culturas, afinal, segundo a BNCC (2017), o movimento humano requer uma análise contextualizada do meio sócio-histórico em que se insere. Hoje, com o suporte da Lei nº 10.639/03 podemos desenvolver aulas temáticas votados para uma Educação centralizadas nas Relações Étnico-Raciais - EREER, no intuito que os educandos se reconheçam como sujeitos de uma história contatada por um viés em que o negro não é subalterno e falho de intelecto.

As práticas corporais são os pilares da Educação Física escolar, hoje, temos seis práticas corporais no âmbito do componente curricular: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, práticas corporais de aventura. Portanto, o PPP da escola Sócrates Ramos esteja de comum acordo com a comunidade, por isso a importância de o PPP ser construído em conjunto, aliás o Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola.

Sendo Volta Miúda uma comunidade remanescente de quilombo se faz necessário um olhar sensível na escrita desse documento, políticas públicas que envolvam a comunidade e seu alunato, demarcadores específicos que irão atender as necessidades e singularidades da comunidade e projetos que façam o aluno sentir-se pertencente a escola. Deste modo, ao analisarmos o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos reafirmamos a importância dos educadores e a gestão escolar aproximarem os saberes da comunidade à escola. Esse reconhecimento da comunidade e do território, é como parte da fase educativa de resgate identitário de pertencimento. Mediante a análise do PPP percebemos a carência das práticas pedagógicas e um “o fraco movimento de quilombização” (Sores; Maraun; Soares, 2022, p. 10).

2 ANÁLISES DOS RESULTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER): RELATOS DA PROFESSORA E DIRETORA

Esta seção do estudo reflete e descreve acerca das práticas em campo, atravessada por reflexões e análises das entrevistas de campo e a relação com fenômeno estudado. As análises das entrevistas possuem como objetivo central compreender como a direção e professores (as) têm respondido aos desafios da Lei nº 10.639/03 e contribuindo na preservação de identidade das crianças quilombolas locais, respondendo assim ao nosso último objetivo específico da pesquisa.

A efetivação de práticas pedagógicas eficazes no ensino envolve um trabalho em coletivo no espaço escolar. A colaboração entre toda comunidade educacional é primordial para garantir que os objetivos educacionais sejam atingidos, criando um ambiente de aprendizado dinâmico.

A Professora e Diretora entrevistadas repassaram seus depoimentos no intuito de contribuir na pesquisa e também, planejar projetos futuros que dialoguem com o contexto local.

2.1 Contexto Comunitário e as Práticas Formativas

O currículo escolar efetua uma das principais ferramentas na promoção de uma educação transformadora e emancipadora, sendo estruturado com o objetivo de proporcionar aprendizagens que dialoguem com a realidade dos estudantes. No contexto das comunidades quilombolas, o currículo assume ainda mais relevância, uma vez que as populações carregam uma rica herança ancestral, cultural, social e histórica, mas também enfrentam desafios significativos relacionados à marginalização, ao preconceito e à exclusão social. A construção de um currículo específico para as comunidades quilombolas deve, portanto, contemplar a valorização das suas práticas culturais ancestrais, sua identidade coletiva e suas demandas socioeducacionais particulares (Nunes, 2021).

Nesse sentido, o ensino de Educação Física, inserido no currículo escolar

quilombola, desempenha um papel crucial. A Educação Física pode ser uma ferramenta pedagógica potente para a promoção de valores como a coletividade, o respeito às diversidades, a consciência corporal e a conexão com as raízes culturais, que perpassam sobre a corporeidade. No entanto, a efetivação de um currículo que atenda de maneira adequada às necessidades e pluralidades dos estudantes quilombolas enfrentam inúmeros obstáculos, tanto no que se refere à estrutura curricular quanto as práticas formacionais.

Segundo Nunes (2021), nas últimas décadas, a luta pela educação escolar quilombola ganhou espaço nas pautas de movimentos sociais e de políticas públicas no Brasil, houve reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas no quesito de suas demarcações territoriais que culminou, em 2012, com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola na Educação Básica DCNEEQ. Essas diretrizes estabeleceram parâmetros para a construção de um currículo que respeitasse e promovesse a diversidade cultural quilombola, sendo um marco importante para a inclusão social e para a valorização das identidades das comunidades no chão escolar.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a implementação de um currículo escolar quilombola ainda enfrenta obstáculos significativos para sua execução. Em muitos contextos, as escolas quilombolas continuam a reproduzir práticas pedagógicas descoladas da realidade social e cultural de seus estudantes, reforçando um modelo de uma educação hegemônica que pouco dialoga com as tradições, saberes ancestrais e práticas das comunidades quilombolas. Esta realidade impõe barreiras à consolidação de uma educação emancipadora e transformadora para as populações quilombolas.

No âmbito da Educação Física, tradicionalmente, o ensino de EFE no Brasil tem sido pautado por uma perspectiva que privilegia a prática esportiva, muitas vezes desvinculadas do contexto territorial do estudante. Em comunidades quilombolas, essa desconexão entre o currículo formal e as práticas culturais locais é ainda mais evidente, uma vez que o esporte e a educação corporal dessas comunidades estão profundamente enraizados em tradições culturais, como as danças, as lutas e os jogos populares, que frequentemente não são valorizados no currículo convencional de Educação Física (Neira, 2011).

A consolidação de um currículo de Educação Física nas escolas quilombolas, que valorize as práticas culturais e promova uma educação corporal conectada com

a realidade e os valores das comunidades, é, portanto, um dos grandes desafios enfrentados pelos educadores. Ao mesmo tempo, representa uma oportunidade ímpar para a promoção de uma Educação Física emancipadora, que contribua para o fortalecimento da identidade e para a formação de sujeitos conscientes de seu papel social e cultural (Freire, 1987).

Consideramos, ainda, o contexto histórico e social das comunidades quilombolas, que têm uma trajetória marcada pela resistência e pela luta contra a opressão e terra. Este contexto de resistência precisa ser incorporado ao currículo escolar quilombola, de modo que a Educação Física, assim como outros componentes curriculares, não sejam apenas um espaço de reprodução de conhecimentos impostos, mas sim de valorização da história das comunidades.

A ótica de Volta Miúda, a realidade paradoxal entre o currículo elaborado para cumprir as necessidades da comunidade e um currículo convencional sistematizado pela Secretaria Municipal de Educação, é perceptível e confirmada nos documentos legais e nas práticas docente. Volta Miúda sofre uma descaracterização de sua ancestralidade que reverbera no contexto escolar. Conforme (Macedo, 2016) o currículo deve ser construído com os atores sociais, teóricos do seu cotidiano, pois somente assim as necessidades sociais daquela comunidade serão diagnosticadas e trabalhadas e então, o currículo será relevante.

Ao que tange a documentação legal e o contexto escolar há uma contrariedade de informações em cada documento analisado e a realidade presenciada na escola. A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação escolar Quilombola PNEERQ é mais um documento que recentemente lançado pelo governo federal nos mostra essa discordância de informações.

Lançada oficialmente em setembro de 2024, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação escolar Quilombola PNEERQ tem como objetivo:

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico- Raciais e Educação escolar Quilombola (PNEERQ) tem como objetivo a implementação de ações e programas voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo na educação brasileira, assim como à promoção da política educacional para a população quilombola (PNEERQ, 2024, p.2).

Ao analisarmos o documento notamos várias contrariedades ao que desrespeita a aplicação de um currículo diferenciado. O município no documento

afirma a existência de uma escola quilombola no território de Volta Miúda, a partir desse ponto como orienta as Diretrizes para Educação Escolar Quilombola tanto a nacional como a estadual, deveria contemplar a modalidade quilombola com suas especificidades.

A Secretaria de Educação, ao afirmar a existência de uma escola quilombola em Volta Miúda sem garantir a aplicação efetiva de um currículo que contemple as especificidades culturais e identitárias da comunidade quilombola, demonstra uma grave falta de responsabilidade e compromisso, principalmente com a comunidade quilombola, ou seja, uma invisibilização das práticas culturais tradicionais da população dentro do espaço escolar.

É preocupante que a Secretaria de Educação, ao fazer essa afirmação, não assegure as condições necessárias para a implementação de um currículo que valorize e integre as práticas culturais, corporais e sociais da comunidade quilombola. A ausência de um currículo diferenciado reflete um desrespeito às legislações que garantam uma educação adequada para as populações e um descaso com as políticas públicas construídas.

Além disso, a omissão demonstra uma falta de preparo por parte da secretaria para oferecer formação continuada aos professores, capacitando-os para lidar com as demandas específicas da educação quilombola. O não cumprimento das políticas compromete o desenvolvimento integral dos estudantes quilombolas, que são privados de uma formação que respeite suas raízes culturais e que promova o reconhecimento de sua identidade. Essa negligência reflete uma gestão educacional que falha em concretizar as diretrizes previstas, contribuindo para a manutenção das desigualdades e a perpetuação de uma educação que desconsidera a diversidade cultural.

A atuação da Secretaria de Educação do município de Caravelas levanta questões que precisam ser abordadas com urgência, para que a Educação Escolar Quilombola não seja apenas uma promessa no papel, mas uma realidade que verdadeiramente transforme o espaço escolar em um ambiente de valorização e respeito às tradições e identidades das comunidades quilombolas.

Um outro ponto que nos chama atenção é a Secretaria de Educação Municipal não diferenciar o que é Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo. A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos apesar de ser legalmente demarcada no documento do PNEERQ como Escola Quilombola, no Projeto Político Pedagógico e

nos documentos municipais está como uma Escolha do Campo e na modalidade da Educação do Campo. A falta de nitidez sobre a qual modalidade a escola deveria ser é uma outra questão sensível que merecia ser resolvida pelos órgãos municipais legais.

Ao encontramos na comunidade em uma das idas a campo o presidente da Associação foi questionado se eles estavam por dentro da construção do PPP da escola e o presidente respondeu a seguinte fala “a gestão não se importa e não dialoga com as necessidades da comunidade, nada nos é informado. Educação, saúde, nada” (informação oral).

2.2.1 Entrevista da Diretora

O resgate de identidade nas escolas quilombolas é visto como um processo de reconstrução e de fortalecimento da conexão dos alunos com sua ancestralidade. No texto trabalharemos a diversidade étnico-racial quilombola a partir do viés coletivo, produto de processos históricos relacionados à coletividade construída ancestralmente (Nunes, 2021).

A diretora B observa que muitos alunos chegam à escola com uma visão distorcida de sua identidade, muitas vezes influenciada pela sociedade, que marginalizam a cultura quilombola. Ela acredita que é papel da escola, mais do que qualquer outra instituição, proporcionar um espaço de afirmação da identidade dos alunos, “alguns tinham vergonha de falar que eram, quilombola. Não gostavam, achavam que é algo ruim” (informação oral). Portanto, ao se tratar de comunidades remanescentes de quilombos é impossível falar de um indivíduo, mas sim falar como um grupo étnico, que compartilham histórias e identidade cultural ancestral e precisam se fortalecer como coletivo (Nunes, 2021).

Ao iniciarmos o bate papo sobre a escola da comunidade de Volta Miúda, segundo a diretora B, vem acontecendo um momento de resgate cultural, e os conteúdos trabalhados que dialogam com a realidade do cotidiano são aceitos por pais e alunos, inclusive que os alunos voltaram a se identificar com sua ancestralidade mediante ao movimento que a escola vem desenvolvendo “alguns não pensam mais em sair da comunidade, se reconhecem e gostam daqui” (informação oral). Segue o trecho, “é notório que os alunos gostam e participam de toda proposta” (informação verbal).

A efetivação de atividades como a realização de festas tradicionais celebração de datas importantes para a comunidade tem se mostrado fundamentais na caminhada de resgate identitário da comunidade. As atividades que voltaram a serem desenvolvidas na comunidade resgatam as tradições de Volta Miúda e oferecem aos estudantes um sentido de pertencimento territorial. A diretora B ainda enfatiza que as práticas culturais relacionadas aos conteúdos pedagógicos como as danças tradicionais, a música e as práticas de culinária são momentos de afirmação da identidade. “em muitos casos é através da cultura que eles os alunos sentem orgulho de suas raízes” (informação oral).

Um fato marcante e notório das observações feitas em campo foram as merendas servidas na escola. O alimento é produzido com a matéria-prima da comunidade e comidas típicas de Volta Miúda e da cultura afro-brasileira, como por exemplo munguzá, beiju de coco, mingau de tapioca e produtos da agricultura familiar local, e feito por pessoas da comunidade.

Partindo para as questões curriculares a diretora B aponta que "o desafio está em por as atividades ao currículo formal de maneira contínua, sem que sejam vistas como elementos folclóricos ou como algo fora desse currículo" (informação oral). Ao decorrer da entrevista foi nítido o esforço da diretora B para que a escola ajude no resgate ancestral da comunidade de Volta Miúda. Mesmo em meio as lutas travadas com os órgãos municipais, a escola vem buscando como pode um posicionamento contra hegemônico dentro das possibilidades. Contudo, apenas o esforço da gestão escolar em inserir atividades não é suficiente, os professores, por exemplo devem estar preparados para lidar com as especificidades da comunidade, integrando os recursos culturais locais como ferramentas pedagógicas em suas aulas.

A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos é um rico espaço de troca de saberes, onde os alunos, os pais e as lideranças locais compartilham conhecimentos, histórias e práticas culturais ancestrais. Essa troca não apenas fortalece o vínculo da comunidade com a escola, mas também contribui para o desenvolvimento de um currículo contra hegemônico mais autêntico e conectado com a realidade local. Entendemos a contribuição educacional dos ditos conteúdos clássicos nos currículos, porém é fundamental que a identidade cultural da comunidade seja preservada, onde crianças aprendam com os mais velhos “por meio da transmissão dos seus costumes” (Nunes, 2021, p. 96).

A valorização da cultura quilombola na educação escolar tem avançado nos

últimos anos com a criação de Leis, entre elas: a Lei 10.639/03, que garante a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro- brasileira nas escola do Brasil.

Resolução CNE/CEB n 08/2012 que, passaram a integrar as políticas públicas que instauram o direito a preservação das formas específicas de viver e de pensar o mundo, de seus modos próprios de reprodução cultural e de produção econômica, entre outros (Nunes, 2024, p. 103).

No entanto, ainda é necessário, que as políticas públicas se aprofundem para garantir que as escolas quilombolas e as escolas em territórios remanescentes de quilombos tenham o suporte necessário para implementar as mudanças de forma eficaz.

O fortalecimento da identidade quilombola por meio da educação pode ser uma ferramenta de transformação social, promovendo uma educação antirracista e emancipatoria , em que se perpetua a diversidade social local. Com o apoio em rede da comunidade de Volta Miúda, da escola e das políticas públicas governamentais, é possível criar um ambiente educacional que respeite e celebre a pluralidade cultural, promovendo a inclusão e o fortalecimento social. Como podemos acompanhar é harmonioso o dialogo entre escola e comunidade.

A diretora B observa que, os povos tradicionais, em especial os remanescentes de quilombos sofrem com a falta de comprometimento por parte de algumas instituições públicas, por exemplo: Secretaria de Educação do município a qual a escola faz parte,

Com relação a secretaria falta esse olhar que cada comunidade precisa ter sua modalidade específica, talvez seja por essa comunidade ainda está em processo de legalização e reconhecimento de comunidade quilombola, já que era tida como uma comunidade normal, só a pouco que começaram esse processo de reconhecimento. O PPP é construído ainda nos parâmetros anteriores, vejo que agora começa se ter uma conversa sobre essa temática (informação verbal).

Ela destaca que, “a falta de titulação da comunidade como quilombola impacta diretamente na educação oferecida, já que as escolas em comunidades quilombolas ainda não são vistas como unidades de ensino diferenciadas” (informação oral). Nesse trecho podemos evidenciar que há uma falta de informação precisa da diretora, pois é um direito legal que as escolas em comunidades de quilombo ou que atendem alunos quilombolas seja contemplada por um currículo diferenciado, independe de estarem tituladas ou certificadas. O que falta no município é a responsabilidade da prefeitura de reconhecer isso e através desse passo encaminhar

as demandas ao estado e as entidades governamentais educacionais. A diretora pontua que essa ausência de um modelo educacional específico reflete a dificuldade que a escola enfrenta para incorporar práticas pedagógicas que valorizem a comunidade remanescente de quilombo.

É uma situação preocupante já que os alunos estão inseridos em uma comunidade quilombola e o currículo é comum como das demais escola, precisa com urgência mudar o currículo (informação verbal).

A diretora B relata que, ainda não existe um plano estratégico estabelecido pelos órgãos municipais para garantir uma educação de qualidade e culturalmente relevante para as escolas localizadas em comunidades quilombolas. A diretora defende que, “sem um apoio do município, fica difícil garantir políticas que trabalhem com os povos tradicionais quilombolas” (informação oral).

A dificuldade em implementar o Projeto Político Pedagógico PPP voltado para a Educação Escolar Quilombola, segundo a diretora, é um reflexo da falta de estrutura e do não alinhamento das políticas educacionais com as necessidades culturais e históricas da comunidade. Ela observa que, embora a escola tenha tentado incluir alguns aspectos quilombolas no PPP, o modelo de ensino ainda está muito distante do que seria ideal para um atendimento mais adequado às especificidades da cultura local.

Com foco sempre na realidade local, com a participação da comunidade levando o conhecimento e costume dos mesmos e fazendo uma corre currículo comum com os costumes locais (informação verbal).

A diretora B reconhece que, embora o planejamento pedagógico da escola procure dialogar com a realidade local, ainda está muito limitado pela falta de formação específica no campo da Educação escolar Quilombola EEQ. Ela destaca que o planejamento pedagógico, no geral, segue uma linha que não está completamente alinhada com as práticas culturais da comunidade quilombola.

A flexibilidade pedagógica, embora existente, depende em grande parte da criatividade dos professores e da vontade de adaptar os conteúdos ao contexto quilombola, visto que eles não tem formação específica. A diretora observa que,

os professores da escola têm feito esforços individuais para incorporar elementos da cultura quilombola ao currículo tradicional, por exemplo, inserindo histórias locais nas aulas de literatura, ou utilizando danças e músicas tradicionais como instrumentos de ensino, como apoio e participação da comunidade local (informação oral).

No entanto, ela ressalta que essa adaptação ainda é tímida, uma vez que não há um suporte formal da Secretaria Municipal para estruturar as práticas pedagógica

de forma sistemática.

A comunidade hoje tem poucos moradores nativos mesmo. O que tem são bastante participativos sempre que são convidados comparecem na escola, participa das apresentações dialogam com as crianças (informação verbal).

Embora os professores busquem maneiras de integrar o currículo convencional com o conhecimento tradicional, a diretora pontua que a ausência de uma obrigatoriedade específica para a Educação Escolar Quilombola ainda é um dos maiores obstáculos.

A Educação Escolar Quilombola EEQ mediante suas políticas públicas voltados às comunidades remanescentes de quilombo, vem se consolidando e atendendo às especificidades da população, especialmente, quando se considera a importância das comunidades quilombolas como espaços de resistência cultural ancestral histórica. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola deve ser construída de forma que considere as especificidades do território quilombola, como a forma de organização comunitária e a preservação dos saberes ancestrais. A inclusão das particularidades no currículo escolar é fundamental para que o aluno quilombola se reconheça e se sinta valorizado no ambiente educacional (Nunes, 2021).

Além disso, os povos tradicionais quilombolas possuem uma rica tradição cultural e histórica, com valores e práticas que precisam ser respeitados e integrados ao processo educacional. A EEQ não pode ser dissociada das realidades vividas pelos estudantes, como o respeito às práticas ancestrais, o fortalecimento da identidade negra e a luta contra o racismo estrutural.

No entanto, a efetivação de uma educação de qualidade para os grupos depende da interação entre o contexto social e cultural das comunidades e o apoio das instituições educacionais governamentais. Nesse contexto, o governo federal tem implementado algumas ações, como o reconhecimento das escolas quilombolas e a criação de programas específicos de formação de professores para trabalhar com a realidade dos estudantes, um exemplo disso são os cursos de extensão formacionais ofertados em parcerias com as instituições públicas, iniciativas estas começaram recentemente no de 2024 e estão sendo ofertados para os professores da Educação Básica em quase todo território nacional.

Para que o planejamento pedagógico seja eficaz, é necessário que os educadores quilombolas recebam uma formação contínua e produção de materiais didáticos específicos, que os capacite a lidar com a diversidade cultural e as

especificidades do contexto quilombola. A formação deve incluir tantos aspectos teóricos sobre a Educação Escolar Quilombola EEQ, quanto práticas pedagógicas inovadoras que permitam a adaptação dos métodos de ensino às realidades locais. Porém, sabemos que o processo não é tão fácil de se materializar assim por vários fatores, sejam políticos, pedagógicos, logístico, e as vezes falta de interesse dos próprios educadores (Nunes, 2021).

A formação continuada dos educadores na escola situada em território quilombola, a Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, é um ponto fundamental para o desenvolvimento de um planejamento pedagógico eficiente, que respeite as especificidades culturais e sociais da comunidade. A falta de uma formação especializada para os professores que atuam nesse contexto é uma das maiores limitações enfrentadas. Como observa a diretora B da escola quilombola, os educadores possuem uma formação básica em educação, mas poucos têm a oportunidade de se aprofundarem em temáticas que envolvem a história e as tradições da comunidade quilombola de Volta Miúda. Para ela, “é necessário que a formação continuada contemple práticas formativas que integrem o conhecimento tradicional da comunidade com as metodologias convencionais” (informação oral).

Ao mesmo tempo, ela destaca que a formação continuada não deve ser apenas teórica, “tem que ter a prática, com foco nas atividades culturais diretamente no ambiente escolar” (informação oral). A ausência de uma estrutura de apoio para garantir a capacitação tem se mostrado um problema para a gestão. A proposta de uma formação especializada seria um passo importante para que a escola de Volta Miúda possa oferecer uma educação mais contextualizada.

Acho que a formação continuada precisa acontecer, pois seria uma forma de trabalharmos em conformidade com o que manda as leis sobre as comunidades quilombolas (informação verbal).

No entanto, a crescente conscientização sobre a importância de uma educação que contemple a comunidade deve partir principalmente dos órgãos públicos, visto que comunidade anseia por isso. Volta Miúda é bem estruturada juridicamente, a localidade detém de duas associações que representa o território legalmente. Ou seja, é importante que se unam e lutem pelos direitos as políticas públicas que são de direitos da comunidade, inclusive uma educação específica que atenda e respeite as particularidades ancestrais locais.

Somente assim será possível avançar na construção de um modelo de ensino

que valorize as especificidades locais, promova a inclusão social e garanta a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas raízes.

A valorização da cultura matriarcal quilombola é um dos pilares essenciais para o caminho de uma educação escolar plural nas comunidades quilombolas. A valorização da cultura quilombola no currículo escolar contribui para a construção de uma educação inclusiva, que celebra a diversidade cultural do Brasil. A presença e a resistência das comunidades quilombolas ao longo da história do Brasil têm sido fundamentais na formação da identidade cultural afro-brasileira do país (Nunes, 2021). Reconhecer e valorizar essas manifestações culturais dentro do contexto escolar é um passo essencial para garantir que a educação brasileira seja representativa e justa, refletindo as múltiplas realidades presentes em nossa sociedade.

A comunidade de Volta Miúda tem uma rica história de resistência e preservação de suas tradições centenárias. Volta Miúda assim com diversas comunidades quilombolas pelo Brasil, em grande parte, descendem de africanos que resistiram à escravidão e, ao longo dos séculos, criaram formas próprias de organização social, religiosa e cultural. A integração desses conhecimentos e práticas no currículo escolar são essenciais para o fortalecimento da identidade dos estudantes quilombolas, que, muitas vezes, enfrentam a marginalização e o apagamento de suas histórias (Nunes, 2021). A diretora B coloca grande ênfase na valorização da cultura local quilombola como uma das principais metas pedagógicas da escola. Ela observa que,

Apesar das dificuldades estruturais do PPP, a escola tem se empenhado e comprometido em promover atividades que resgatam a identidade quilombola e que ajudem os alunos a se reconhecerem com suas raízes (informação oral).

Ela destaca o trabalho desenvolvido com os idosos (anciões) da comunidade, que são convidados a compartilhar suas memórias com os alunos, contribuindo valiosamente com essa pauta de resgate cultural e identitário. A diretora afirma que mesmo gradualmente vem acontecendo um movimento de reconstrução da identidade cultura local a partir da sensibilidade que a escola vem fazendo através dos dois anos de atuação de sua gestão "observo que não há perca já que a identidade é trabalhada a participação da própria localidade" (informação verbal).

Entre as atividades realizadas, a roda de conversa com os mais velhos, um exemplo de prática que se destaca pela oralidade, escuta e efetividade.

Durante esses momentos, os alunos têm a oportunidade de ouvir relatos sobre a história da comunidade quilombola, as tradições e aprender práticas culturais como danças, cantigas entre outras práticas dos seus ancestrais (informação verbal).

A diretora B acredita que essas ações são essenciais para o fortalecimento da autoestima dos alunos e para a construção de um sentimento de pertencimento à sua cultura. Ela também ressalta que,

além das rodas de conversa, a escola tem promovido atividades que envolvem a dança e a música, essenciais para a educação das crianças quilombolas. A comunidade de Volta Miúda por meio da musicalidade e dança se destaca com sua peculiaridade única, um exemplo é a bate barriga, dança ancestral da comunidade” (informação oral).

Na dança do bate barriga, as mulheres se vestem com saias rodadas e floridas, no formato de uma grande ciranda dançam batendo a barriga uma na outra ao som dos tambores. Os tambores normalmente são tocados por homens.

A diretora B afirma que, por meio dessas práticas, os alunos se identificam com sua história, o que os torna mais confiantes e orgulhosos de sua herança quilombola.

É importante que essa cultura seja resgatada, assim os pais não vão precisar mandar os filhos pra longe, pra melhores oportunidades e eles vão sentir orgulho de serem quilombolas (informação verbal).

No entanto, a diretora B menciona que, apesar de os esforços para valorizar a cultura quilombola estarem em curso, há limitações significativas. Em uma das idas a campo e ao conversar coma diretora, ela demonstrou sua preocupação com a saída da professora.

A professora que atua há muito tempo na comunidade vai se aposentar, não sabemos quem virá pra cá, se será alguém que tenha restrições e preconceitos com alguma atividade cultural da comunidade (informação verbal).

A falta de um currículo abrangente que inclua explicitamente a cultura quilombola de Volta Miúda nos conteúdos escolares também é uma preocupação. A diretora B acredita que,

Sem uma política pública educacional mais estruturada as iniciativas de valorização cultural acabam sendo pontuais, pois se minha gestão acabar sera que uma nova continuará o trabalho?’ (informação oral).

Ou seja, a estrutura de uma Educação escolar Quilombola sonhada pela gestão escolar atuante em Volta Miuda, desse modo, deve interligar tanto na formação dos profissionais e nas condições materiais estruturantes (Nunes, 2021).

A falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação de Caravelas para que as obrigatórias das Leis sejam efetivadas de forma contínua e com mais profundidade, portanto se torna uma das maiores dificuldades enfrentadas pela escola. A Educação deve, portanto, ser uma ferramenta para que os alunos possam compreender a importância de sua história e de sua cultura. Isso envolve o ensino sobre a luta contra a escravidão, a resistência quilombola e as contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira. Ao se reconhecerem como sujeitos históricos, os alunos podem desenvolver o sentimento de pertencimento, resultando na construção de uma identidade sólida, portanto “é preciso superar a o caráter técnico e conteudista do currículo” (Costa, 2020, p. 63).

A diretora acredita que as Leis supracitadas são instrumentos importantes para a promoção da igualdade racial e para o reconhecimento da cultura afro- brasileira, mas pontua que sua aplicação na escola ainda é limitada.

Acho que a formação continuada precisa acontecer, pois seria uma forma de trabalharmos em conformidade com o que manda as leis sobre as comunidades quilombolas (informação verbal).

Os pontos que despertaram atenção nas falas da diretora foram inúmeros, porém o que mais me trouxe inquietação é “sobre o não ser quilombola”, de que mesmo não sendo pertencente da comunidade ela vem buscando meios dentro do possível para que seu alunato seja um grupo de cidadãos críticos e se reconheçam pertencentes quilombolas, com orgulho de sua identidade ancestral.

2.1.2 Entrevista da Professora

A Lei nº 10.639/03, sancionada em 2003, é um marco fundamental na promoção da educação para a igualdade racial no Brasil. Ela torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país, com o objetivo de valorizar a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira. No contexto da Educação escolar Quilombola, essa lei tem um papel fundamental, pois busca integrar o conhecimento sobre os quilombos, a resistência à escravidão, a ancestralidade, as tradições culturais e a luta contra o racismo no currículo escolar.

Sobre as temáticas que são trabalhadas em sua aula à luz da EREER a professora respondeu o seguinte,

São desenvolvidas várias atividades assim como: leitura de textos reflexivos, roda de conversa sobre a temática trabalhada, pesquisas e a valorização do EU como pessoa negra em sociedade moderna e preconceituosa (informação verbal).

Mediante as observações a partir do diário de bordo, algumas aulas são destinadas a leitura de temáticas negras, é importante destacar o papel da extensão universitária, em específico a Universidade do Estado da Bahia UNEB. O Projeto Leitura é um dos projetos extensionista que a UNEB firmou parceria na comunidade e trouxe para Volta Miúda, em relação às temáticas desenvolvidas nas aulas de Educação Física ainda é um processo tímido, dentre as várias formas de trabalhar-se o componente, somente a unidade temática de lutas é trabalhada, em específico a capoeira.

A implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas quilombolas no território brasileiro representa uma oportunidade única de fortalecer a identidade dos estudantes, promovendo uma educação que reconheça e celebre suas origens. A Lei exige que as escolas abordem temas fundamentais relacionados a EREER, a história dos quilombos, a cultura afro-brasileira, a luta contra a escravidão e as contribuições dos negros para a sociedade brasileira. Para as escolas localizadas em territórios quilombolas, como é o caso da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, e escolas que atendem alunos oriundos de comunidades remanescentes de quilombos. Isso não significa apenas abordar sobre as temáticas de abordagem negra, mas também integrá-las de maneira prática e à vida cotidiana dos estudantes (Nunes, 2021).

A escola desenvolveu no ano de 2024 no primeiro e segundo semestre o projeto de extensão sobre a cultura afro-brasileira e em conformidade com Lei 10.639/03, o projeto intitulado: “PLANO DE TRABALHO PARA O PROJETO DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE DE VOLTA MIÚDA - 2024.1 e 2024.2, tinha como objetivo central: estudar a leitura como prática de conhecimento, compreensão e interpretação da realidade, na interação com o contexto de culturas. Apresentar os conceitos de cultura, de cultura afro-brasileira e de culturas e estuda a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade nas escolas de Educação Básica. Discutir a prática de leitura e a compreensão do texto como elementos essenciais para o entendimento das culturas, das artes inerentes aos contextos de racismo, de discriminação e preconceito”.

O projeto citado encontra-se completo no apêndice E. A escola aos poucos vem trabalhando o pertencimento étnico da comunidade, o trabalho incansável da gestão escolar em executar uma educação antirracista é novo, porém já colhe frutos.

Embora a Lei nº 10.639/03 seja um avanço significativo, sua implementação efetiva nas escolas quilombolas enfrenta desafios específicos. Muitos professores não

têm formação adequada para trabalhar com os conteúdos exigidos. Além disso, as escolas quilombolas, em sua maioria, enfrentam uma série de limitações estruturais, como a falta de recursos didáticos, de infraestrutura e de acesso a materiais pedagógicos atualizados que abordem os temas de maneira eficaz.

Mediante a falta de formação e materiais didáticos para melhor efetivação e comprimento da Educação para Relações Étnico-raciais foi respondido o seguinte,

Sim, seria importante a escola ter esses materiais, isso nos nortearia nas aulas de Educação Física e se tratando de uma comunidade quilombola é importante (informação verbal).

A falta de práticas formacionais nas escolas que efetivamente integre a Lei nº 10.639/03 de maneira transversal, ou seja, que considere a diversidade cultural dos estudantes e não se limite a um ensino isolado da história negra, principalmente no campo da Educação Física Escolar EEF, como evidenciamos no decorrer das aulas. A EEF no currículo da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos ainda é engessada nos conteúdos clássicos. Para que a Lei seja cumprida de maneira plena, é necessário que os conteúdos afro-brasileiros estejam presentes em todas as áreas do conhecimento e em todas as etapas da educação, sendo trabalhados de forma contínua.

Em sua fala sobre o cronograma das aulas, a professora A elucida que seu cronograma corresponde as necessidades do alunato, porém “nas aulas de Educação Física as crianças têm o tempo livre de recreação, e poucas temáticas são desenvolvidas nas aulas” (informação oral).

O meu cronograma é feito de maneira pautada nas necessidades das crianças, onde dá respaldo para trabalhar com as intervenções necessárias do dia. Sendo ele reflexivo de possíveis mudanças (informação verbal).

Para que a implementação da Lei nº 10.639/03 seja de fato uma realidade nas escolas quilombolas é fundamental que os educadores adotem práticas pedagógicas que considerem a realidade local e valorizem os saberes tradicionais da comunidade. Isso implica em adaptar o currículo e os métodos de ensino para que os conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira sejam trabalhados de forma contextualizada, respeitando as especificidades culturais e sociais dos alunos quilombolas.

Sendo assim, é necessário que os educadores recebam formação contínua para compreender sua importância e saber como abordá-la em sala de aula. A capacitação dos professores deve incluir não só a formação acadêmica sobre história e cultura afro-brasileira, mas também a troca de experiências com outras escolas

quilombolas e organizações que atuam na educação e valorização da cultura negra.

A execução de práticas decoloniais e plurais nas escolas quilombolas é uma ferramenta poderosa para a construção e fortalecimento da identidade quilombola. Ao integrar no currículo escolar o ensino sobre os quilombos, a história de resistência e a valorização da cultura negra. Os alunos se veem representados e reconhecem a importância de suas raízes. Esse reconhecimento contribui para a formação de uma identidade positiva, essencial para a autoestima e o empoderamento da juventude quilombola, que frequentemente lida com o estigma do racismo e da marginalização (Costa, 2020).

Além disso, a Educação para Relações Étnico-raciais ajuda a combater o racismo estrutural e a promover a igualdade racial. Para combater esse racismo e promover a igualdade racial, a escola pode adotar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e racial. Isso inclui a inserção de conteúdos no currículo que abordem a história e as contribuições dos povos afro-brasileiros, indígenas e de outras etnias, além de ensinar sobre figuras históricas que lutaram contra a discriminação racial (Pinheiro, 2023).

Ao educar todos os estudantes sobre a história e a cultura afro-brasileira, a lei também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e consciente das suas desigualdades. A Educação Escolar Quilombola, integrada às políticas étnicas, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes das questões raciais e sociais que ainda impactam o Brasil, “o racismo, no Brasil, ainda precisa vencer inúmeras barreiras, pois ainda marca sua presença e ocupa muitos espaços, por mais que, superficialmente” (Costa, 2020, p. 80).

Apesar dos desafios, há avanços significativos em relação a uma educação antirracista nas escolas quilombolas. O aumento da conscientização sobre a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira, bem como a criação de programas de formação de professores e de materiais didáticos adaptados, são passos importantes para garantir que a Lei seja cumprida de maneira eficaz, não é caso de Volta Miuda, por exemplo, mas vem acontecendo em alguns territórios baianos, como Bom Jesus da Lapa. As parcerias entre escolas quilombolas, universidades e organizações não governamentais têm se mostrado promissoras, permitindo o compartilhamento de recursos e conhecimentos.

Com o contínuo fortalecimento das políticas públicas voltadas para a Educação Escolar Quilombola e a promoção da cultura negra, é possível sonhar com um futuro

em que a EREER seja integralmente aplicada nas escolas quilombolas, promovendo uma educação que respeite a diversidade cultural e do Brasil e contribua para a formação de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Uma das formas de aplicar essas práticas pedagógicas é por meio de metodologias ativas, que favoreçam o aprendizado contextualizado e participativo de todos. As experiências de aprendizagem devem se basear na realidade da comunidade, incorporando práticas culturais, saberes populares e a realidade do campo. Isso pode ser feito por meio de atividades de campo, projetos interdisciplinares e o uso de recursos locais como apoio didático.

Ao ser questionada sobre suas práticas pedagógicas envolvendo a Cultura Corporal do Movimento, a professora respondeu o seguinte trecho: procuro envolver as crianças em brincadeira e jogos recreativos (informação verbal).

A Educação Física Escolar EFE, componente curricular obrigatório a ser cumprido na educação básica, trabalha a cultura corporal do movimento dentro do ambiente escolar, ou seja, esse conhecimento do campo da EFE é definido como um conjunto de práticas corporais que expressam os modos sociais de determinado grupo, essas práticas incluem: jogos e brincadeiras, lutas, dança, ginástica, esporte e atividades de aventura (Brasil, 2017). A professora A deixou explícito que a escola necessita de materiais para subsidiar a educação dos alunos, em específico no campo da Educação Física Escolar. Segue o trecho,

Sim, seria importante a escola ter esses materiais, isso nos nortearia nas aulas de Educação Física e se tratando de uma comunidade quilombola é importante. (informação verbal).

Desta forma, os recursos didáticos devem ser planejados e produzidos de forma a refletir a diversidade ancestral histórica das comunidades quilombolas, com eles e não para eles, assim garantindo que o currículo seja contextualizado na realidade local e inclusivo. Isso implica em desenvolver materiais que abordem não apenas os conteúdos convencionais, mas que também integrem temas relacionados ao povo e ao seu território, as tradições culturais, os saberes populares e as formas de organização social específicas das comunidades.

Os materiais produzidos e as práticas pedagógicas devem dialogar com a historicidade ancestral do território, por exemplo: as aulas temáticas afro diaspóricas

e assuntos que abordem a afrocentricidade. Sendo assim a maneira que “remete ao modo de ser, estar, criar e reproduzir o mundo de um povo” (Pinheiro, 2023, p. 90) Outro aspecto importante mencionado pela professora é a utilização de tecnologias educacionais que se adequem à realidade local. A Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos enfrenta muitas dificuldades de acesso à internet e a recursos tecnológicos, em um dos diálogos, ela trouxe a seguinte fala “não temos internet acessível” (informação oral), sendo assim o que limita o uso das tecnologias no ensino. Para que as tecnologias possam ser aproveitadas de forma eficaz, é necessário que os recursos sejam acessíveis e adaptados às condições da escola. Essa questão foi reafirmada ao estar na escola, infelizmente a internet na escola é escassa, o que acaba dificultando processos burocráticos e até mesmo uma aula que necessite a utilização desse recurso. A escola detém de uma sala onde é utilizada para reuniões da gestão escolar a professora faz uso de uma tv tela plana para pôr filmes para os alunos, “não é sempre, mas às vezes, eu utilizo para passar um filme” (informação oral). Para superar esses desafios, é fundamental que haja um investimento sério nas políticas públicas que garantam a disponibilização de materiais pedagógicos adequados para as escolas quilombolas e o financiamento para a compra de equipamentos tecnológicos que possibilitem o uso de recursos digitais.

Abaixo, segue um dos trechos da fala da professora ao ser questionada sobre como trabalhar em uma comunidade localizada em área rural de difícil acesso.

Não vejo que me prejudique de forma alguma, e o que vem auxiliar são gestores e coordenadores competentes que visam um trabalho de qualidade e que dão suporte para os avanços das habilidades das crianças (informação verbal).

Embora existam avanços, muitos desafios ainda persistem. A falta de recursos financeiros, a escassez de infraestrutura escolar e as dificuldades de acesso à educação em regiões isoladas são obstáculos que impactam diretamente o processo educacional nas comunidades quilombolas. Além disso, é fundamental que as políticas públicas não se limitem à construção de escolas, mas que também promovam a valorização da cultura quilombola no currículo e incentivem a participação ativa das comunidades na gestão educacional.

O professor é a peça central para uma investigação do que realmente acontece na sala de aula, na fala da professora identificamos detalhes importantes sobre como as abordagens pedagógicas acontecem na unidade escolar na comunidade de Volta

Miuda. Evidenciamos que a execussão da Lei 10.639/03 vem acontecendo, creio não ser assertiva para denotar se de maneira certa ou errada, no entanto, identificamos a vontade da professora para dentro de suas limitações se aprofundar nos assuntos sobre a EREER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Submersa nesse universo, tive a oportunidade de conhecer intrinsecamente a realidade escolar da Comunidade Remanescente de Quilombo de Volta Miúda, que luta arduamente por direitos sociais. O Projeto Político Pedagógico PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, nos permite refletir sobre as profundas implicações que a política educacional tem para as populações tradicionais no cenário brasileiro. A pesquisa evidenciou que, apesar das Diretrizes estabelecidas pelos documentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola da Bahia, a prática pedagógica ainda carece de uma efetiva adaptação que contemple a singularidade dos saberes, das vivências e da cultura quilombola.

Embora o PPP de Volta Miúda se proponha a ser um instrumento democrático e participativo, sua efetivação ainda é um desafio, especialmente no que diz respeito à inclusão de conteúdos que dialoguem com as realidades dos educandos e sua modalidade. A ausência de autores negros no currículo, por exemplo, evidencia uma lacuna no reconhecimento da produção intelectual afro-brasileira, perpetuando um modelo educacional eurocêntrico hegemônico que desconsidera as contribuições históricas, sociais e culturais dos negros para a construção do Brasil. Além disso, as práticas pedagógicas e formacionais da escola ainda estão um pouco distantes de uma abordagem crítica emancipatória que valorize a história, a identidade e os valores de seus alunos, que pertencem a uma comunidade quilombola que luta pela preservação de seu território e pela afirmação de sua ancestralidade.

Portanto, é fundamental que o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, assim como o de outras instituições que atendem populações quilombolas, seja repensado e reestruturado com o objetivo de promover uma educação que respeite e valorize as especificidades culturais, sociais e territoriais dessa comunidade. A construção de um currículo que inclua os saberes ancestrais, a literatura negra e as práticas pedagógicas que celebrem a cultura quilombola é essencial para fortalecer a identidade dos estudantes e garantir uma educação que os reconheça como sujeitos plenos de sua história. Ao analisar as entrevistas da gestão, do corpo docente e as observações em

campo, é nítido o esforço coletivo para integrar e valorizar a identidade cultural da comunidade quilombola no processo educacional, apesar das limitações estruturais e curriculares. A direção, liderada pela diretora B, reconhece a necessidade urgente de um currículo específico para a Educação Escolar Quilombola que valorize a ancestralidade da comunidade, visto que, atualmente, os alunos estão inseridos em um currículo convencional, que não contempla as particularidades culturais da comunidade.

Esse reconhecimento, no entanto, é um primeiro passo importante, principalmente considerando o processo de titulação oficial de Volta Miúda, que ainda está em andamento. Por outro lado, embora a escola necessite de infraestrutura e de materiais didáticos específicos para um trabalho melhor elaborado, a gestão e os docentes tentam adaptar em suas aulas, em métodos que valorizem a história e a cultura local, desta forma mostrando comprometimento com a Lei nº 10.639/03 e procurando envolver os alunos em atividades sobre a cultura afro-brasileira e quilombola.

Ambas as entrevistas revelam uma escola que, embora ainda careça de um currículo mais alinhado às necessidades dos alunos quilombolas, tem demonstrado um grande esforço para construir um ambiente educacional que respeite e valorize a cultura local. A participação ativa da comunidade e o comprometimento da gestão em adaptar o conteúdo às especificidades da localidade são essenciais para a construção de uma educação mais inclusiva e plural. No entanto, é imprescindível que a Secretaria Municipal de Educação esteja junta e as políticas educacionais reconheçam essa demanda e implementem as mudanças necessárias para garantir uma educação que, de fato, seja contextualizada, respeitosa e representativa da cultura quilombola.

A pesquisa não contempla pontuar ou julgar às falas transcritas da gestão e do corpo docente, por entender que a escola está em um processo gradual de mudança. Aqui, consideramos as experiências e as trocas compartilhadas com os envolvidos nesse estudo, como uma ferramenta de contribuição com a Educação Escolar Quilombola em Volta Miúda e nas regiões quilombolas do Extremo Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. CadernoCEDES/Campinas - SP, vol. 27, n. 72. mai/ago, 2007.

_____. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

BAHIA, Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia, Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

_____. Resolução CEE Nº 68.2013. **Diretrizes Curriculares para a Educação escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino da Bahia**, 2013.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 3ª versão revisada e definitiva. Brasília, DF: Mec, 2017.

_____. **Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**. Criança e do Adolescente aprovado pela Lei 8069 em 13 de julho de 1990.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. **Resolução CNE nº 01, de 03 de abril de 2002**. (Educação do Campo cultivando um Brasil melhor). Brasília, 2002.

_____. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2012.

_____. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei nº 10.639/03. **Diretrizes/Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2003.

_____. Lei nº 14.532/23, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (**Lei do Crime Racial**), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (**Código Penal**), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023->2026/2023/Lei/l14532.htm>. Acesso em: 29 mar. 2024.

CARVALHO, Sebastião Carlos dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi**. 2021. 237f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Ana Carolina Mota da. **Relações Étnico-raciais no Contexto Quilombola Currículo, Docência e Tecnologia**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2022; Censo, 2022; Domicílios; Metodologia; População; Quilombolas; Quilombos**. Acesso em 28 mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GUERRA, Denise Moura de Jesus. **Ciências e educação popular comunitária: outros saberes, apropriações outras**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo: teorização e sistema curricular formacional**. Curitiba: CRV, 2016.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Anália de Jesus.; SILVA, Maria Cecília de Paula. A Lei nº 10.639/03 e a Educação Física: memórias e reflexões sobre a educação eugênica nas políticas de formação de professores. **Revista Digital**, v. 15, n. 146, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.

NEIRA, M. G. Teorias pós-críticas da educação: subsídios para o debate curricular da Educação Física. **Dialogia**, São Paulo, v. 02, n. 14, p. 195-206, 2011.

NUNES, Ranchimit. **A Unidade na Diversidade: identidades, cultura e ensino no contexto da educação quilombola**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PIZZANI, Luciana.; SILVA, Rosemeire Cristina da Silva.; BELLO, Suzeli Faria.; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012.

POMIN, Fabiana.; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as Relações Étnico- Raciais na Educação Física para além da capoeira. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.

PORTELA, Ivalda Kimberlly Santos; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. A produção do conhecimento sobre a educação física no contexto quilombola (2010 a 2023): uma revisão sistemática. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 1, p.143-152, 29ª Edição, 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

Portela, Ivalda Kimberlly Santos; Portela, Ellen Maria Santos. **Benza, Folha e Fé: o movimento sankofa na prática da benzedura na comunidade de Barra de Caravelas**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2024. *E-book* (23 p.). ISBN978-65-00-97018-0. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/home>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista aulas**, v. 4, p. 1- 24, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos**, Caravelas, 2019. Madeira, Karina Gonçalves.

SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Ana Carolina Sabino dos; SCHIABEL, Daniela. Inclusão escolar no Ensino Fundamental I: uma análise das Políticas Educacionais e seus impactos no currículo. **Revista Cocar (online)**, v. 19, p. 1-20, 2023.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTANA, Gean Paulo Gonçalves. **Vozes e versos quilombolas uma poética identitária e de resistência em Helvécia**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SCHÜTZE, Fritz. **Pesquisa biográfica e entrevista narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte : Autentica, 2023.

Soares, David Gonçalves; Maroun, Kalya; Soares, Antonio Jorge Gonçalves. A construção social de uma escola quilombola: A experiência da Comunidade Caveira, RJ. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270011, 2022.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento é um TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO que tem o propósito de documentar a sua concordância em participar da pesquisa, sem nenhum tipo de pressão e com todas as informações importantes sobre a sua participação.

O(A)

Sr(a)

.....

[nome

completo],

nascido/a na data de, no município de, está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada ***A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político pedagógico, a gestão e o corpo docente***

Sobre objetivo e procedimentos

O objetivo desta pesquisa é investigar como a cultura corporal do movimento tem participado das práticas pedagógicas da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. Com este propósito, utilizaremos a entrevista que durara em média 5 minutos para ser respondida.

Sobre desconfortos/riscos e benefícios

A participação no estudo pode envolver alguns riscos, como a possibilidade de constrangimento ao responder ao questionário, cansaço ou aborrecimento devido à extensão ou natureza das perguntas, desconforto durante a gravação de áudio e vídeo, além de possíveis alterações de comportamento devido à presença das câmeras. Existe ainda o risco de que a evocação de memórias difíceis ou a conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante possa afetar negativamente a autoestima dos participantes. Finalmente, sentimentos de medo ou vergonha também podem surgir, dependendo da natureza.

A participação na pesquisa traz diversos benefícios tanto para os participantes quanto para a comunidade. Em primeiro lugar, os participantes terão acesso a informações valiosas sobre suas realidades e desafios, o que lhes permitirá uma compreensão mais profunda das questões que afetam suas vidas. Além disso, há um fortalecimento da cultura local, já que o estudo pode ajudar a preservar e promover tradições e valores. Outro benefício é a participação ativa na formulação de políticas públicas

educacionais, que podem resultar em melhorias nas condições de vida. O estudo também poderá fortalecer as redes de apoio existentes, promovendo o desenvolvimento comunitário. Finalmente, os participantes e a comunidade poderão beneficiar de um maior reconhecimento social e empoderamento, uma vez que os resultados da pesquisa podem destacar as suas lutas e conquistas, trazendo uma maior visibilidade e capacidade de ação.

Sobre acompanhamento

Em qualquer etapa da pesquisa, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O(a) principal pesquisador(a) é Ivalda Kimberlly Santos Portela, que pode ser encontrado/a no endereço kportela444@gmail.com, telefone 73 9 88536018. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Educação da Faculdade de Educação da UFBA, a qualquer momento, que fica na Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n – Canela – Salvador-Bahia, CEP 40110- 100, e-mail: cepfaced@ufba.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, que tem como objetivo proteger a condução ética de pesquisa com seres humanos.

Sobre garantia de plena liberdade

É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu eventual atendimento na(s) instituição(ões) envolvida(s) nesta pesquisa.

Sobre garantia de sigilo e privacidade

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros participantes, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante.

Sobre documentação

Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, rubricado em todas as páginas e assinado pelo(a) pesquisador(a) responsável. Caso o seu consentimento não se dê por via escrita, tem direito a acesso ao registro.

Sobre ressarcimento

Não haverá despesas pessoais para o(a) participante em qualquer fase da pesquisa. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será restituída pelo orçamento da pesquisa.

Sobre direito a garantia de indenização

Em caso de dano pessoal causado pelos procedimentos desta pesquisa, você tem direito de solicitar indenizações legalmente estabelecidas.

Você tem direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores. Neste caso, por favor, indique e-mail a ser usado para a comunicação:

.....

Os dados e os materiais coletados/produzidos serão utilizados somente para esta pesquisa

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu,[nome completo], aceito participar da pesquisa **A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político pedagógico, a gestão e o corpo docente**. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar chateado comigo ou me prejudicar nas aulas e avaliações. Os (As) pesquisadores(as) tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsáveis. Recebi uma via deste termo de consentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

.....de.....de 20.....

Assinatura do(a) participante
do(a) pesquisador(a)

Assinatura

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM/VOZ

Eu,[nome completo], entendi que a pesquisa **A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL DA BAHIA: em foco o projeto político pedagógico, a gestão e o corpo docente** precisará gravar/captar a minha [imagem/voz] por meio de gravação e que esses registros serão usados para [descrever o uso e/ou modo de divulgação do registro de imagem ou voz]. Eu vou marcar com um X a opção que registra a minha vontade quanto ao uso da minha imagem/voz:

() SNIMÃ, Oe, ueuauntãoorizaoutaorgirzaovaçgãroavEa/çOãUo
dEi/vOuUlgadçivãuolgdacãmoindhaa imagem e/ou voz minha imagem e/ou voz
() Eu autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz
.....de.....de 20.....

Assinatura do(a) participante
pesquisador(a)

Assinatura do(a)

Todos os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade do(a) pesquisador(a), por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV), para que o/a participante possa decidir livremente sobre sua participação e sobre o uso de seus dados no momento e no futuro.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA
ENTREVISTA COM DIREÇÃO**

I. DADOS DA INSTITUIÇÃO

II. NOME DA UNIDADE EDUCACIONAL: III. MODALIDADE

EDUCACIONAL: () EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

() EDUCAÇÃO DO CAMPO

IV. A UNIDADE ESCOLAR ESTÁ NA ZONA? () RURAL () URBANA

V. A ESCOLA É MULTISSERIADA? () SIM () NÃO

VI. É UMA ESCOLA NUCLEADA? () SIM () NÃO

SE SIM, FAZ PARTE DE QUAL EXTENSÃO?

VII. QUAL O NÚMERO DE EDUCANDOS?

VIII. QUAIS SÃO OS TURNOS DE FUNCIONAMENTO

() MATUTINO () VESPERTINO () NOTURNO


APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA ENTREVISTA COM DIREÇÃO

- I. NOME:
- II. ESCOLA EM QUE TRABALHA E CARGO:
- III. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ À FRENTE DA ESCOLA?
- IV. EM RELAÇÃO A ESCOLA NÃO TER UM CURRÍCULO ESPECÍFICO PARA A MODALIDADE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, QUAL SUA OPINIÃO?
- V. O QUE A QUE A SECRETARIA MUNICIPAL FALA SOBRE A AUSÊNCIA DA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E COMO É CONSTRUÍDO O PPP DA ESCOLA EM RELAÇÃO A ESSA QUESTÃO?
- VI. COMO A ESCOLA TRABALHA O CURRÍCULO VOLTADO PARA A MODALIDADE EDUCAÇÃO DO CAMPO?
- VII. SOBRE A ESCOLA SER NUCLEADA QUAL SUA OPINIÃO SOBRE UMA POSSÍVEL PERDA DE IDENTIDADE DOS EDUCANDOS EM RELAÇÃO A SUA COMUNIDADE LOCAL?
- VIII. COMO A ESCOLA PENSA A QUESTÃO DO RESGATE DA IDENTIDADE LOCAL NO CURRÍCULO ESCOLAR? EXISTEM DISCUSSÕES SOBRE O ASSUNTO? REUNIÕES? FORMAÇÕES?
- IX. OS PROFESSORES LEVAM EM CONSIDERAÇÃO AS ESPECIFICIDADES DA ESCOLA AO ELABORAR SEUS PLANEJAMENTOS)?
- X. EXISTEM PROJETOS NA ESCOLA QUE DIALOGAM COM A LEI Nº 10.639/03 (HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA)? SE SIM, DESCREVA-OS
- XI. FALE SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA E SUA RELAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ESCOLARES.
- XII. EM SUA OPINIÃO, OS ALUNOS GOSTAM DO AMBIENTE ESCOLAR? OS CONTEÚDOS ESTUDADOS TÊM RELAÇÃO COM SUA CULTURA

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM PROFESSOR:

- I. NOME:
- II. É MORADOR DO CAMPO OU DA ZONA URBANA?
- III. EM SUA PERCEPÇÃO ESSE FATOR PREJUDICA OU AUXILIA SEU TRABALHO?
- IV. VOCÊ CONHECE A REGIÃO? SUA CULTURA?
- V. NO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA O QUE É TRABALHADO NAS AULAS?
- VI. COMO VOCÊ REALIZA O PLANEJAMENTO DE SUAS AULAS?
- VII. EM SUAS AULAS SÃO ABORDADOS CONTEÚDO DA CULTURA LOCAL?
- VIII. SOBRE A CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO EM DIÁLOGO COM A LEI Nº 10.639/03, O QUE É DESENVOLVIDO COM OS EDUCANDOS

ANEXO A - COMITÊ DE ÉTICA

<p>FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACED</p>	
---	--

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESSE CHÃO É ANCESTRAL: O CURRÍCULO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Pesquisador: IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA

Área Temática: Genética Humana;

(Trata-se de pesquisa envolvendo Genética Humana que não necessita de análise ética por parte da CONEP.);

Versão: 5

CAAE: 82039224.5.0000.0348

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.326.827

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado na área da Educação (linguística, letras e artes) com o objetivo principal investigar como a cultura corporal do movimento tem participado das práticas pedagógicas da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos. O protocolo da pesquisa menciona que irá utilizar uma entrevista semiestruturada com professores e a gestão Escolar. Os critérios de seleção dos participantes são os seguintes: ser professor ou gestor da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos.

Há a apresentação dos seguintes termos:

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (professor/responsável legal)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Endereço: Avenida Reitor Miguel Calmon, S/N		
Bairro: Canela	Município: SALVADOR	CEP: 40.110-100
UF: BA		
Telefone: (71)3283-7213	Fax: (71)3283-7272	E-mail: cepfaced@ufba.br

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA - FAGED**



Continuação do Parecer: 7.325.827

Universidade Federal da Bahia, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, em Reunião Ordinária de 09/12/2024, manifesta-se pela aprovação. Favor submeter relatórios parciais (semestralmente) e final (término da pesquisa), por meio de notificação pela Plataforma Brasil, após esta aprovação do protocolo. O modelo "Relatório de Pesquisa CEP-FACED/UFBA" está disponível em <https://faced.ufba.br/orientacoes-e-modelos>.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE INFORMACOES BASICAS_DO_P ROJETO_2384336.pdf	19/12/2024 14:28:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA_1912.pdf	19/12/2024 14:28:24	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Outros	carta_resposta_de_pendencias_1912assinado.pdf	19/12/2024 14:25:11	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Cronograma	Cronograma1912.pdf	19/12/2024 14:25:16	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	14/11/2024 11:51:02	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle1410.pdf	14/10/2024 17:17:37	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Solidação Assinada pelo Pesquisador Responsável	PESQUISADOR.pdf	22/07/2024 13:25:02	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Declaração de concordância	CONCORDANCIA.pdf	22/07/2024 13:24:38	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PES.pdf	22/07/2024 13:24:25	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Institucional.pdf	22/07/2024 13:24:09	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	22/07/2024 13:19:57	IVALDA KIMBERLLY SANTOS PORTELA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Reitor Miguel Calmon, SN
 Bairro: Canela CEP: 40.110-100
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3283-7213 Fax: (71)3283-7272 E-mail: cep@faced.ufba.br

ANEXO B - PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA AFRO-BRASILEIRA

PLANO DE TRABALHO PARA O PROJETO DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE DE
VOLTA MIÚDA - 2024.1 e 2024.2

EMENTA

Estuda a leitura como prática de conhecimento, compreensão e interpretação da realidade, na interação com o contexto de culturas. Apresenta os conceitos de cultura, de cultura afro-brasileira e de culturas e estuda a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade nas escolas de Educação Básica. Discute a prática de leitura e a compreensão do texto como elementos essenciais para o entendimento das culturas, das artes inerentes aos contextos de racismo, de discriminação e preconceito.

OBJETIVO

Apresentar e problematizar conceitos de cultura nacional, cultura afro-brasileira aos docentes das escolas municipais e estaduais das comunidades de Volta Miúda e Juerana como introdução para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira.

Estudar os conceitos de leitura, texto e leitor no intuito de se construir práticas possíveis de entendimento, compreensão e interpretação do mundo e as suas transformações;

Discutir conceitos de racismo, discriminação e preconceito como base para se pensar uma educação antirracista;

Estudar, com os docentes, a Lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade nas salas de aulas e em diferentes espaços educativos;

Proporcionar, aos docentes, a construção coletiva de conteúdos que sejam contemplados pela Lei 10.639/03.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Lei 10639/03 - justificativa, objetivo, desdobramentos, finalidades e interesses.

Os povos africanos e afro-brasileiros no Brasil - quase 400 anos de uma história pouco estudada, pouco lembrada e que ainda provoca diferentes sentimentos, reações.

O poder colonial dominante - o batismo, a língua e as crenças.

A Linguagem Escravizada.

A lei 10.639 e a sala de aula, concepção legal e a escolha de conteúdos.

Uma educação antirracista no seio de uma educação que prolifera o racismo - Sílvio Almeida e Kabengele Munanga.

A leitura, a arte e a prática de culturas negras nas escolas, desafios, urgências e vazios.

Concursos, desfiles e corpos negros nas escolas, questionamentos.

CARBONI, F. e MAESTRI, M. A Linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. (2006) - *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 2a edição. São Paulo: Altar.

FANON, Frantz. (2008) - *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato, da S. Salvador: EDUFBA.

GEERTZ, Clifford (1989) - *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. (2009) - *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad.: Vera, M. J. 11a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

KABENGELE, Munanga - *Relações Étnico-raciais* <https://www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA>

LIGIÉRO, Zeca. (2000) - *A Performance Afro-Ameríndia*. Texto apresentado no I Encontro de Performance e Política das Américas. Rio de Janeiro.

LODY, Raul. (1995) - *O povo do santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos*. Rio de Janeiro: Pallas.

MÉSÁROS, István. (2005) - *A educação para além do capital*. Trad. Isa, T. São Paulo: Boitempo.

MIGNOLO, Walter. (2003) - *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG.

RIBEIRO, Darcy. (1985) - *Os Brasileiros 1- Teoria do Brasil*. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

SARAMAGO, José. - *Diário de Notícias*, em Caderno.

SANTOS, Valdir Nunes dos. (2007) - *As manifestações culturais em Helvécia, no Extremo Sul da Bahia: a dança bate-barriga como "fabricante" de performances afro-descendentes*. Dissertação de Mestrado – PPGT - UNIRIO.

_____. (2017) - *A DANÇA BATE-BARRIGA EM HELVÉCIA (BAHIA/BRASIL) Uma performance afrobrasileira de coesão social* - FBA - Universidade de Lisboa.